



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO SERVIÇO SOCIAL

KESSIA ANDREZA PEREIRA RODRIGUES

A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS  
DA TERCEIRA IDADE DO SESC- AÇUDE VELHO

CAMPINA GRANDE- PB

2016

KESSIA ANDREZA PEREIRA RODRIGUES

A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS  
DA TERCEIRA IDADE DO SESC- AÇUDE VELHO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento as exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> . Ms. Liélia Barbosa Oliveira.

CAMPINA GRANDE- PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R696d Rodrigues, Kessia Andreza Pereira  
A desmistificação de uma vida sedentária [manuscrito] : uma análise dos grupos da terceira idade do SESC- Açude velho / Kessia Andreza Pereira Rodrigues. - 2016.  
68 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.  
"Orientação: Profa. Ma. Liélia Barbosa Oliveira., Departamento de Serviço Social".

1. Envelhecimento populacional. 2. Idoso. 3. SESC. 4. Terceira idade. I. Título.

21. ed. CDD 305.26

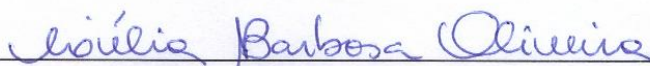
KESSIA ANDREZA PEREIRA RODRIGUES

A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS  
DA TERCEIRA IDADE DO SESC- AÇUDE VELHO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento as exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

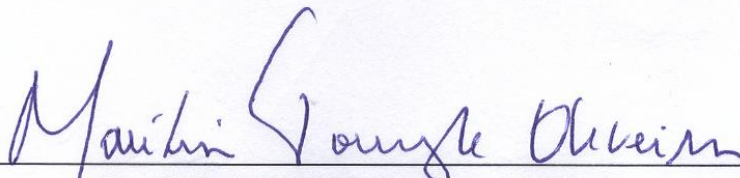
*Aprovado em 03/06/2016*

**BANCA EXAMINADORA**

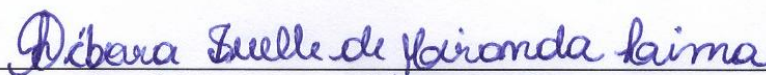


**Profª . Ms. Liélia Barbosa Oliveira**

**Orientadora**

  
**Profª. Drª. Marília Tomaz de Oliveira**

**Examinadora**



**Profª Ma. Débora Suelle de Miranda Lima**

**Examinadora**

*Dedico primeiramente a Deus, por mais essa conquista e por sempre me guiar e me dando forças para não desistir. Aos meus familiares e amigos, em especial o meu pai Rivaldo Pereira de Sales (In memorian), que não pode está presente nesse momento tão importante e que tinha como orgulho saber que teria uma filha que chegou onde ele sempre almejou. Aqui ficam minha eterna saudade com o sentimento de dever cumprido e de mais um ciclo completo em minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por me conceder mais essa vitória, além do imenso presente que é a vida. Aos meus familiares por ter acreditado em mim, e me dado todo apoio nos momentos mais difíceis. A minha vó Maria do Carmo, e minhas tias Simonete e Sandra Rodrigues que por tanto me dizer que era orgulho na família me fez persistir e dar o meu melhor sempre. Em especial a minha mãe Selma Maria que sempre me incentivou mesmo não tendo provido de estudos pelas dificuldades em que vivia. Ao meu amado noivo Ivandro Luna que mesmo com seu jeito indelicado dizia para persistir e seguir em frente, apesar dos grandes percalços. Ao meu eterno herói a quem devo fielmente esse mérito que é meu pai Rivaldo Pereira (in memoriam) que lembro como hoje, sua emoção de ter uma única filha a ingressar em uma universidade, e de não ter contido as lágrimas e a alegria. Minha queridíssima orientadora Liélia Barbosa que com toda paciência me ajudou e mesmo com as várias cobranças de sua vida como docente, não me deixou faltar atenção e carinho. E por último e não menos importante a minha prima Deisy Rodrigues que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos de minha vida. E claros aos meus queridos professores e amigos que muito me ensinaram e me moldou uma grande pessoa, e uma futura profissional qualificada e apta para os obstáculos inerentes dessa linda profissão a qual escolhi e me orgulho muito. A todos que fazem e fizeram de alguma forma minha vida agradeço grandiosamente, contudo não poderia deixar de agradecer também aos meus orientadores e campos de estágio que muito me guiaram para minha qualificação. A clínica Dr.Maia no qual dividi quase 2 anos de muito amor, e carinho tanto pelos profissionais, minhas supervisoras Iêda Cunha e Rosângela, assim como aos pacientes, e que fez perceber meu amor pela saúde mental uma experiência única e muito gratificante. Ao SESC-Açude velho e todos que fazem essa equipe maravilhosa, aos grupos de idosos onde aprendi muito e também sei que pude contribuir para socialização deles, e a minha querida orientadora Roseane que com sua calma e paciência me ensinou muito, inclusive a escutar e refletir sobre as conjunturas ela foi fundamental. Aqui fica o meu mais muito obrigado a todos vocês, cada uma em sua particularidade farão parte de mim como pessoa e com certeza como profissional, minha trajetória tem um pouco de cada um. O meu muito obrigado!

## VELHOS E JOVENS

Antes de mim vieram os velhos  
Os jovens vieram depois de mim  
E estamos todos aqui  
No meio do caminho dessa vida  
Vinda antes de nós  
E estamos todos a sós  
No meio do caminho dessa vida  
E estamos todos no meio  
Quem chegou e quem faz tempo que veio  
Ninguém no início ou no fim  
Antes de mim  
Vieram os velhos  
Os jovens vieram depois de mim  
E estamos todos aí.

(Arnaldo Antunes e Péricles Cavalcanti)

## RESUMO

O envelhecimento populacional tornou-se um grande desafio para a sociedade brasileira, gerando grandes rebatimentos no Serviço Social, e por se tratar de um país em constante desenvolvimento, como o nosso, é que esse fenômeno ganham mais espaços e cuidados. O interesse pelo tema foi motivado a partir da experiência de estágio no SESC- Campina Grande, unidade Açude Velho, junto ao TSI (Trabalho Social com Idosos) no período de 10 (dez) meses, onde reafirmou a importância da atuação do serviço social nesse âmbito, desmistificando imposições da sociedade com grandes resquícios de conservadorismo que persiste, e que ao mesmo tempo dá espaços para debates acerca da ausência de políticas públicas de atenção aos idosos e anulação de direitos que muitas vezes não são reconhecidos. O presente trabalho tem como objetivo desconstruir essa ideia do idoso como ser incapaz de realizar suas atividades diárias, assim como mostrar o processo do envelhecimento nos países, em especial o Brasil, que se encontra em processo de estruturação para o aumento esperado dessa população. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa- ação em que através de palestras, atividades socioeducativas, entrevistas informais realizadas, debates acerca das maiores dificuldades enfrentadas, a questão da acessibilidade desses idosos no meio em que vivem, e suas opiniões sobre o serviço prestado pela equipe gerando um espaço para sugestões e/ou reclamações assim como, anseios para uma melhoria de vida. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com base em investigações bibliográficas de autores como, Simone de Beauvoir, Sálvea de Oliveira Campello e Paiva, Norberto Bobbio, dentre outros, que norteou para melhor entendimento desse fenômeno na sociedade, além de informações colhidas pelos idosos do SESC- Açude Velho. Entendemos que o idoso ainda é pouco assistido pela sociedade, e tem muitas experiências e sabedoria sucumbida pelo preconceito ainda vivido.

**Palavras – Chave:** Envelhecimento Populacional. Idoso. SESC. TSI.



## **ABSTRACT**

Population aging has become a major challenge for Brazilian society, generating major repercussions in Social Work, and it is a country in constant development, like ours, is that this phenomenon gain more space and care. Interest in the subject was motivated from the internship experience in SESC- Campina Grande, Açude Velho unit, next to the TSI (Social Work with Elderly) within ten (10) months, which reaffirmed the importance of the social service activities in this context, demystifying impositions of society with large remnants of conservatism that persists, and at the same time gives room for debate about the lack of public policies of attention to the elderly and cancellation rights that are often not recognized. This work aims to deconstruct the idea of the elderly as being unable to perform their daily activities, as well as show the aging process in countries, especially Brazil, which is in structuring process for the expected increase in this population. For this we developed a action research in which through lectures, social and educational activities, informal interviews, debates about the major difficulties faced, the issue of accessibility of the elderly in the environment where they live, and their views on the service provided by generating team a space for suggestions and / or complaints as well as aspirations for a better life. This is a quantitative and qualitative research based on bibliographical research of authors such as Simone de Beauvoir, Sálvea de Oliveira Campello and Paiva, Norberto Bobbio, among others, that has guided for better understanding of this phenomenon in society, as well as information gathered by elderly SESC- Açude Velho. We understand that the elderly are still not seen by society, and has many experiences and wisdom succumbed by prejudice still lived.

**Key - Words:** Aging Population. Elderly. SESC. TSI

## LISTA DE SIGLAS

|       |  |
|-------|--|
| AME   | ASSEMBLÉIA MUNDIAL SOBRE ENVELHECIMENTO                  |
| BPC   | BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA                        |
| CF/88 | CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988                             |
| CNDI  | CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO                  |
| CRAS  | CENTROS DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL             |
| CREAS | CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| IBGE  | INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA          |
| LOAS  | LEI ÔRGANICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                       |
| OMS   | ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE                             |
| ONU   | ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS                            |
| PNAD  | PROGRAMA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS              |
| PNI   | PROGRAMA NACIONAL DO IDOSO                               |
| SDH   | SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS                           |
| SESC  | SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO                               |
| SUAS  | SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                      |
| SUS   | SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE                                   |
| TSI   | TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS                               |
| UAMA  | UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE                         |
| UEPB  | UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA                         |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>GRÁFICO 1</b> - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade em países selecionados 1990-1999 ..... | 18 |
| <b>GRÁFICO 2</b> - Estimativa da População de idosos no Brasil entre os anos 1940/2050.....                | 20 |
| <b>GRÁFICO 3</b> - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais Brasil e Unidades da Federação 1998-2008.....   | 21 |
| <b>GRÁFICO 4</b> – Feminização da Velhice dos anos 2000/2020.....  | 22 |
| <b>GRÁFICO 5</b> - Número de idosos cresce 55% em 10 anos e representa 12% da população.....               | 23 |

# Sumário

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 11 |
| <b>1. O IDOSO E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL</b> .....  | 14 |
| 1.1 Concepções acerca do Envelhecimento .....  | 14 |
| 1.2 Envelhecimento da População no Mundo.....  | 16 |
| 1.3 Envelhecimento da População no Brasil.....   | 19 |
| 1.4 Principais Desafios do Envelhecimento.....   | 24 |
| <b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO IDOSO</b> .....  | 26 |
| 2.1 Os direitos do Idoso Na Constituição Federal de 1988.....  | 27 |
| 2.2 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) .....  | 30 |
| 2.3 A Política Nacional do Idoso (PNI) .....   | 33 |
| 2.4 Estatuto do Idoso.....   | 37 |
| <b>3. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS (TSI)<br/>DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)- AÇUDE VELHO</b> ..... | 41 |
| 3.1 Local e Período de Estágio .....   | 44 |
| 3.2 Principais Objetivos do programa TSI e sua atuação no SESC- Açude Velho .....  | 46 |
| 3.3 Atividades desenvolvidas e atribuições/ atuação do Assistente Social no programa. ..   | 49 |
| 3.4 Atuação da (o) estagiário de Serviço Social .....  | 51 |
| 3.5 Ações desenvolvidas e resultados .....   | 54 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 57 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 59 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 62 |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | 65 |

## INTRODUÇÃO

O aumento da população idosa nos últimos anos no mundo vem repercutindo em vários âmbitos, se destacando o social e econômico. Os fatores que levam a esse aumento tão notório são vários, que vão desde mudança do padrão reprodutivo da família, como a inclusão crescente de crianças e jovens no mundo da criminalização e das drogas que resulta em aumento considerável de mortes entre essas faixas etárias, além do avanço da medicina, a melhor qualidade e expectativa de vida entre os idosos, entre outros. Além dos fatores acima citados, o sedentarismo é um dos problemas que vem assumindo grande importância em ser discutido, principalmente entre os mais jovens.

O estilo de vida atual pode ser responsabilizado por 54% do risco de morte por infarto e por 50% do risco de morte por derrame cerebral, as principais causas de morte em nosso país. Assim, vemos como a atividade física é assunto de saúde pública. (GOMES, 2015)

No Brasil, foi promulgado o Decreto nº 6.214/07, que regulamenta a Lei nº 10.741/03 a qual estabelece a Estatuto do Idoso e que define em seu art. 1º “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, como início do período assim conhecido como terceira idade índice esse adotado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e que prevalece para países em desenvolvimento.

Baseado nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) 2013, o Brasil conta com uma média de 26,1 milhões de idosos no país, um grande aumento em relação a 2002, quando estudos feitos pelo Censo Demográfico de 2000 anunciava uma média de 14,5 milhões de idosos entre a população geral brasileira. Apesar do número de crianças, jovens e adultos serem superiores, deve-se levar em consideração que o aumento de idosos cresce em ritmo maior derrubando a lógica da sociedade, em que os idosos morrem logo por questões fisiológicas. A gerontologia social é de suma importância para análise do referido tema em questão;

Ciência que estuda o processo de envelhecimento do Homem, isto é, investiga as modificações morfológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais consecutivas à ação do tempo no organismo humano, independentemente de qualquer fenômeno patológico (R FONTAINE, 2000; Z. NICOLAS, 1981).

De acordo com conceitos modernos de gerontologia aquele idoso que consegue realizar seus afazeres do dia-dia sem precisar de ajuda e/ou supervisão é considerado um idoso saudável, ainda que seja portador de alguma doença, é o que se chama de capacidade funcional, ou seja, a capacidade de manter e realizar suas habilidades físicas e mentais de forma independente.

Diante desse cenário torna-se um desafio aos países, desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento. Criar e executar políticas que valorizem e que proporcionem um envelhecimento de qualidade que seja digno e sustentável com intuito de acompanhar as necessidades, os direitos, preferências dessa faixa etária e acima de tudo, valorize e respeite esta faixa etária que é tão rica de experiências e conhecimentos.

No dia 01 de outubro é comemorado o Dia Internacional do Idoso, com isso a ONU (Organização das Nações Unidas) enfatizou uma campanha em 2015, sobre a importância de uma estrutura urbana que ofereça facilidades para a terceira idade e afirmou “Os idosos são de enorme importância para a sociedade e contribuem significativamente para o desenvolvimento global”, afirmou o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Ainda segundo a ONU (2013), o ano de 2050 será considerado a total mudança da pirâmide populacional, o crescimento da pessoa idosa e o declínio da infantil marcará profundamente a história onde o crescimento entre ambos será semelhante.

O referente tema discutido torna-se totalmente pertinente a profissão dos assistentes sociais e principalmente por consolidar um compromisso do Serviço Social que é a garantia de direitos e o fortalecimento com a classe trabalhadora em conformidade com o Código de Ética e o projeto ético-político do Serviço Social.

Tendo como base a Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e que norteará acerca dos direitos e deveres daqueles com idade ou acima de 60 (sessenta) anos. Mesmo com direitos garantidos por lei, ainda ocorre a necessidade de luta diária contra o conservadorismo e a necessidade de derrubar fronteiras desmistificando a improdutividade e falta de qualificação dos idosos. Chamando atenção para o incentivo também de investir em pesquisas e estratégias de planejamento para atendimento dessa demanda e na construção de um pensar mais aberto que possibilite potencializar a capacidade e a socialização desses idosos que com as mudanças e avanços da sociedade oferecem uma maior possibilidade de ter uma qualidade de vida totalmente diferente e até diria imaginável

em tempos passados. E sendo assim criar um olhar interdisciplinar nesse contexto como forma de legitimação e fazendo valer o direito desses cidadãos sem deixar de lado a trajetória de suas lutas e conquistas.

Este estudo foi desenvolvido com base em uma pesquisa-ação e de investigações bibliográficas em livros, artigos e outros meios que se fizeram necessários para a sua execução. Trata-se de uma pesquisa de base quantitativa que tem como principal objetivo conhecer e estudar opiniões da demanda assistida, para isso foi utilizado uma entrevista semiestruturada sobre a qualidade de vida desses idosos, e sobre os temas desenvolvidos e discutidos durante período de convivência que pude ter durante meu estágio no SESC. A motivação para o presente estudo é a questão social em que esses idosos, se vivem e se reconhecem na sociedade, visto que a perspectiva para os anos futuros é o aumento considerável dessa população.

A partir do reconhecimento que o envelhecimento populacional tem perspectivas de crescimento nos anos posteriores, perpetradas dentro da sociedade de forma intensa é importante discutir o papel do Estado, e a intensificação de políticas públicas de qualidade que ofereça melhor qualidade de vida entre os idosos. Por se tratar de um processo inevitável ao ser humano, é necessário que o país se mostre estruturado e preparado para esse fenômeno que prevê um aumento significativo em termos numéricos para o ano de 2020, como também a mudança do papel do idoso no seio familiar, passando de assistido para o de assistente. Uma mudança não atípica para a atualidade, isso porque o idoso tem sua aposentadoria como complemento de renda da família, ou até mesmo sendo esse o único meio de sustento de todos.

## 1. O IDOSO E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O envelhecimento populacional apesar de ser um processo natural e também social, vem tomando espaço em todas as esferas da sociedade, sendo considerada uma grande vitória, pois esse fenômeno é consequência de grandes transformações socioeconômicas, demográficas, comportamentais entre outros; processo que exige nova postura do poder público e da sociedade civil. O envelhecimento é uma realidade universal e ocorre inevitavelmente, esse fenômeno requer investimento principalmente no âmbito de políticas públicas voltadas para essa demanda e uma estrutura adequada do governo, da família e da sociedade para lidar com essa realidade. As pessoas idosas contribuíram e continuam contribuindo para a sociedade onde vivem, o direito de igualdade de tratamento e oportunidade é garantido em lei e deve ser respeitado, sendo esse um dos desafios mais frequente no dia-dia dessa faixa etária.

Quando falamos em envelhecimento demográfico leva-se em conta não só dados de crescimento da faixa etária com relação a população jovem, mas todas as consequências que geram, como a ampliação da participação ativa na produção econômica de um país.

### 1.1 Concepções acerca do Envelhecimento

O conceito de Envelhecimento, segundo Carvalho e Andrade (2000, p.82), no plano individual “envelhecer significa aumentar os anos vividos”. É difícil designar um idoso apenas tendo a idade como parâmetro, já em países ocidentais o início da aposentaria se autodeclara como inclusão á terceira idade. Para tanto é necessário analisar outros segmentos como as questões demográficas, socioeconômicas e epidemiológicas.

A concretização de envelhecer com qualidade resulta em uma das maiores conquistas que a humanidade pode alcançar. Envelhecer com dignidade exige de todos os envolvidos, em especial o Poder Executivo, parlamento, movimentos sociais, trabalhadores e a população em geral, efetuem escolhas que ampliem os direitos dos idosos. O progressivo envelhecimento da população, ou o que alguns especialistas chamam de “*agrisalhamento demográfico*”<sup>1</sup> constitui um fenômeno sociopolítico inédito e sustentado que gerou uma grande reviravolta nos meios intelectuais e políticos na contemporaneidade. A partir do final do século XX, o interesse

---

<sup>1</sup> “Agrisalhamento demográfico” (Peterson, apud Giddens: 2001) é um fenômeno sociopolítico que produziu mudanças profundas no cenário político e intelectual contemporâneo.



pelos assuntos gerontológicos tornou-se pela primeira vez na história da humanidade, tão importante que deixou para trás os domínios dos assuntos relacionados à infância e a adolescência. A valorização do tema envelhecimento está diretamente relacionada ao aumento e a divergência desses direitos que sai da esfera privada dos cidadãos e passa a incorporar na dimensão social da vida humana com a incorporação de novas garantias e titularidades. O envelhecimento é antes de tudo uma questão complexa, estritamente ligada ao baixo índice de fecundidade atual, também ao avanço científico, especialmente na saúde, assim como as mudanças de valores e comportamentos que rompe com padrões tradicionais.

Envelhecer é um processo natural que caracteriza a vida do homem, e que resulta em mudanças psicológicas, físicas, sociais, a diminuição gradativa da sobrevivência e alterações patológicas e emocionais. A idade é apenas um parâmetro objetivo para caracterizar a velhice, o que não anula outros fatores externos e internos. Esse fenômeno não deve ser tratado apenas com soluções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais. É nessa conjuntura que a Constituição Federal de 1988, dispôs o conceito de Seguridade Social com intuito de garantir a conotação ampliada de cidadania. A referida lei deixa em seu art.194º que, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

O discurso acerca da velhice só cresce, mas afinal, “*O que é velhice?*”. Simone Beauvoir (1990) define velhice como resultado do prolongamento de um processo que completa o curso de vida humana, e ainda completa dizendo que “Se a velhice, enquanto destino biológico é uma realidade que transcende a história não é menos verdade que esse destino é vivido de maneira variável segundo o contexto cultural”. Sob esse enfoque sociocultural, o envelhecimento envolve uma relação de inter-relações que são resultantes da experiência do trabalho, da cultura como foco dessas trocas de valores. É nessa ótica que nota-se claramente o valor do trabalho não apenas em seu contexto social e econômico, mas na valorização do ser humano, em especial, dos idosos que através do trabalho encontram uma forma de lutar contra a ociosidade e contribui para sustento dele e/ou da família.

Desmitificar os conceitos e as necessidades reais da velhice é um desafio pleno e contemporâneo do Serviço Social, incentivando ao profissional em adotar o conceito de “competência Crítica”.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a *realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo* e não só *executivo*. (IAMAMOTO, 2015, p20, **grifo nosso**)

Torna-se exigência cada vez mais urgente o profissional atento ao tempo histórico, atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos do discurso autorizado do poder. Além disso, a importância dos desafios teórico-metodológicos impostos na problemática do envelhecimento em sua totalidade social, rompendo com a separação e condenação da velhice, principalmente colocadas nas prestadoras de serviço de saúde. Nesse processo de demarcação das etapas da vida, a construção social da velhice é recente, e tendo como novo também sua relação entre o capital e o trabalho, sob o modo de produção capitalista.

O que ocorre é que esse fenômeno com todas as dificuldades e necessidades, entre vários outros fatores, torna-se desfavorável à proteção pública, e nesse contexto conflituoso a família é entendida como absorvedora de riscos resultante desse sistema e com o efeito devastador do sistema capitalista e com mau funcionamento do mercado não vê condições de assumir encargos e cuidados como antigamente, ou seja, com a corrida frenética por um espaço no mercado o tradicionalismo e a essência estão cada vez mais escassos.

## **1.2 Envelhecimento da População no Mundo**

O envelhecimento populacional é o processo de crescimento da população considerada idosa, e que cresce consideravelmente quando em relação ao total da população. Um demonstrador demográfico disso é quando se analisa o crescimento da população jovem em relação aos idosos. Dados fornecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), no ano de 2001 e 2012 revelam que no mundo o número de pessoas com ou acima de 60 anos foi estimado em 605 milhões em 2000, uma média de 893 milhões em 2011, e como já citado anteriormente uma previsão de triplicar em 2050.

Os países que apresentam maior número de idosos (as) são a Grécia e a Itália onde 24% da população é envelhecida. Em termos de regiões, a maioria dessas pessoas (53%) reside na Ásia, enquanto Europa apresenta a segunda maior população envelhecida (24%). Na América Latina e Caribe, vivem 8% dos (as) idosos (as) da

população mundial. Com relação ao processo de envelhecimento observa na Europa, constata-se ainda que a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população geral nos anos 1950 e 2000 correspondia a 12,1% e 20,3% respectivamente, havendo projeções para atingir o patamar dos 36,6% em 2050. Na América Latina e Caribe, a proporção era de 5,9% e 8% nos mesmos períodos, com projeção de atingir 22,5% em 2050. (PAIVA, 2014, p.26)

São dados como esses que exigem dos sistemas de proteção, como a política previdenciária, uma nova maneira de repensar modelos organizados da expansão dos postos de trabalho e levando em conta a brevidade da aposentadoria. Remetendo ao cenário mundial é importante destacar a convocação pela ONU, da primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (AME) que ocorreu em 1982, tendo fortes rebatimentos das transformações societárias de 1970, e em que José Paulo Netto (2010) denominou de *tardo-capitalismo*. A referida Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (AME) foi realizada em Viena que teve como documento de discussão o Plano de Viena, para evocar o início de um “programa internacional de ação” e que tinha como objetivo “efetivar a segurança econômica e social das pessoas idosas”, e que conseqüentemente esses tivesse “oportunidades para contribuir com o desenvolvimento de seus países.” (ONU, 1982).

Essa Assembleia emplacou o cuidado com os idosos em todo mundo, tanto que em 2002 foi realizada uma nova Assembleia só que dessa vez em Madri, e onde foi discutido com maior intensidade e foco para os desafios impostos pelo envelhecimento populacional no chamado “terceiro mundo”, e tendo como meta o tripé “independência, participação e segurança”. Nas sociedades modernas, a velhice é sinônimo de recusa e banimento, recusa essa camuflada de várias roupagens sendo algumas bem evidentes, passando pela segregação e pelo isolamento social, pela ruptura dos laços afetivos, pela interdição de pensar, propor e decidir, e outras de forma sutil mesmo que recheada de cinismo, como o fato de anular atuação do idosos em diversas ações por julgar incapaz.

Estando em pauta a possibilidade sócio- política de reprodução e acumulação da riqueza, as diferentes etapas etárias da história do indivíduo passaram a adquirir valores diversos, de acordo com suas possibilidades para a produção de riqueza. A velhice passa a ocupar um lugar marginalizado. Na medida em que a individualidade já teria realizado seus potenciais evolutivos, perderia então seu valor social (BIRMAN, 1999, p.33)

Já dados colhidos no Censo de 2000, realizado pelo IBGE mostram dados anteriores mais especificamente entre os anos de 1990 a 1999. Conforme mostra o gráfico 1.

**GRÁFICO 1- Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade em países selecionados 1990-1999**



Fontes: Demographic yearbook 1999. New York: United Nations, 1999; IBGE, Censo Demográfico 2000.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Enquanto nos países subdesenvolvidos o crescimento desses idosos cresce de maneira lenta e ordenada, nos países desenvolvidos percebe-se o crescimento em grande proporção, isso se deve pelo fato dos países em pleno desenvolvimento deterem medidas reguladoras de crescimento da população, além de garantir melhores infraestruturas e políticas públicas de qualidade, e fornecem melhores condições de vida a sua população em geral, dando destaque aos idosos ao fato que o fenômeno do envelhecimento ainda está em ascensão.

Em 2012, a ONU divulgou uma pesquisa em que prevê que em 2036 a quantidade de idosos na América Latina e Caribe supere a população de crianças. Esse foi o eixo central de discussões na 3ª Conferência Regional Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e Caribe que ocorreu em maio do mesmo ano.

A diminuição da população infantil e o aumento do número de idosos obrigam a uma reconfiguração na maneira como o Estado, a família e o mercado proveem o bem-estar e o desenvolvimento das capacidades dos habitantes da América Latina e do Caribe, afirma um estudo divulgado na quinta-feira (09/05) pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A Comissão prevê que o

número de idosos supera pela primeira vez o número de crianças próximo ao ano de 2036. (ONU, 2012)

De acordo com pesquisas realizadas pela United National Population Division (2001), o país que continua no topo da melhor expectativa de vida é o Japão. Segundo a ONU, 360 milhões de idosos estão localizados na Ásia, e um dos motivos se deve a qualidade de vida que os idosos usufruem, além de um grande incentivo do governo para que isso prevaleça. Isso explica o porquê da maioria da população ser idosa, chegando a uma média de 53% contra 7% dos países do continente africano, a pobreza e a falta de condições mínimas de sobrevivência são negadas a sua população em geral, e a taxa de mortalidade supera a cada ano.

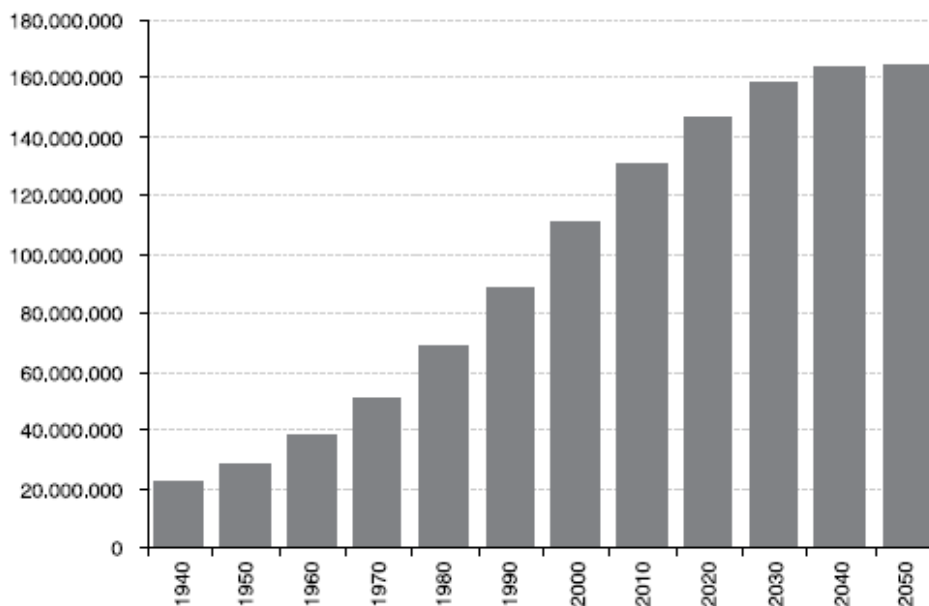
O envelhecimento diz respeito a toda sociedade, a solidariedade e a relação entre gerações devem ser base da sociedade civil e dos estados. A garantia dos direitos dessa demanda deve ser reforçada a todo instante. As metamorfoses da sociedade capitalista atinge principalmente essa classe menos favorecida, e para aquele que precisa vender sua força de trabalho como forma de complemento da renda da família, isso pode significar a extinção de uma classe ainda produtiva e que muito pode oferecer em várias esferas. Para tal, a garantia de direito/deveres é fundamental para seu reconhecimento na sociedade e conseqüentemente, na história da humanidade diante desse fenômeno mundial que é o envelhecimento populacional. Chegar aos 80 anos torna-se consideravelmente um desafio em muitos lugares do mundo.

### **1.3 Envelhecimento da População no Brasil**

Alguns indicadores de saúde ajudam no processo de envelhecimento como é o caso da feminização do envelhecimento, as mulheres são a maioria entre os idosos. A velhice acontece de forma distinta entre homens e mulheres. O fato das mulheres serem a maioria entre os idosos acontece por muitos fatores, pela questão hormonal, pela inserção no mercado de trabalho, pela disparidade no consumo de álcool e drogas, pelo cuidado e atenção constante a sua saúde e por isso frequenta com mais assiduidade esses serviços. Essa realidade não se remete apenas ao Brasil, e sim a todos os países no mundo. Mesmo com todas as dificuldades que o sexo feminino enfrenta e sofre ao longo da vida, como a discriminação, os baixos salários quando comparados ao sexo oposto, com a violência e dependentes de recursos externos.

Como dito anteriormente, segundo estudos do IBGE, estimasse que em 2050 o Brasil contará com total inversão da pirâmide populacional, sendo os idosos sua maioria. E como mostra o gráfico abaixo, em que se analisa o século XX até a projeção da população daqui a exatamente 34 anos, dados resultantes da análise do último censo 2012 e com outros fatores aqui já mencionados que influenciarão no aumento da expectativa de vida desses idosos. Hoje em dia, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais; para 2050, estima-se que a relação será de um em cada cinco pessoas, para o mundo em seu conjunto, e de um para três para o mundo desenvolvido.

**GRÁFICO 2- Estimativa da População de idosos no Brasil entre os anos 1940/2050.**

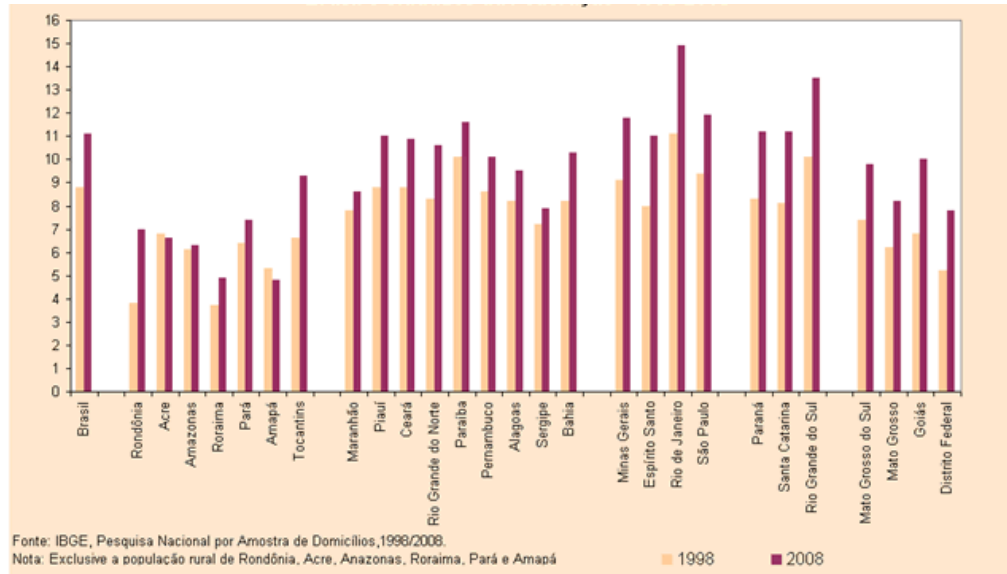


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Ainda segundo IBGE, as informações colhidas pela PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) 2008, mostram que as distribuições de idosos entre os Estados do Brasil, o Rio de Janeiro (14,9%) e Rio Grande do Sul (13,5 %) continuam sendo os estados com maior proporção de idosos. Em 1998, eram, junto com a Paraíba, os únicos estados onde os idosos representavam mais de 10% da população.

**GRÁFICO 3- Proporção de pessoas de 60 anos ou mais Brasil e Unidades da Federação 1998-2008**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998/2008.

De 1998 a 2008, o crescimento relativo da população idosa por grupos de idade foi muito expressivo. O grupo etário de 80 anos ou mais, superando os demais, chegando a quase 70%, ou cerca de 3 milhões de pessoas. São necessárias providências urgentes para garantir uma infraestrutura de atendimento a esses idosos. Além da questão populacional, a PNAD identificou com 32,2% de idosos no Brasil são analfabetos, e tendo os nordestinos como a população com a menor média de tempo de estudo que seria de 2,7 anos, em contramão com o Distrito Federal que mantém a média de 6,6 anos de estudo. Ainda de acordo com os dados do IBGE, 23,3% dos idosos que moram com seus familiares tem sua aposentadoria como fator preponderante para manter os custos da casa. Com relação às mulheres idosas, 47,3% moravam com seus filhos, 11,4% declararam não ter filhos vivos e 36,9% não moraram com seus filhos.

GRÁFICO 4 – Feminização da Velhice dos anos (2000-2020)

|  | 2000             |                  | 2010             |                   | 2020              |                   |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  | Masculina        | Feminina         | Masculina        | Feminina          | Masculina         | Feminina          |
| Proporção de população idosa (60 e mais) | 7,8%             | 9,3%             | 8,4%             | 10,5%             | 11,1%             | 14,0%             |
| <i>Proporção da população</i>            |                  |                  |                  |                   |                   |                   |
| <i>Grupos de idades</i>                  |                  |                  |                  |                   |                   |                   |
| 60-64                                    | 46,8%            | 53,2%            | 46,4%            | 53,6%             | 45,6%             | 54,4%             |
| 65-69                                    | 45,8%            | 54,2%            | 45,2%            | 54,8%             | 44,5%             | 55,5%             |
| 70-74                                    | 44,8%            | 55,2%            | 43,2%            | 56,8%             | 42,8%             | 57,2%             |
| 75-79                                    | 43,9%            | 56,1%            | 40,2%            | 59,8%             | 39,9%             | 60,1%             |
| 80 ou mais                               | 39,9%            | 60,1%            | 34,7%            | 65,3%             | 33,8%             | 66,2%             |
| <b>População idosa</b>                   | <b>6.533.784</b> | <b>8.002.245</b> | <b>7.952.773</b> | <b>10.271.470</b> | <b>11.328.144</b> | <b>15.005.250</b> |

Fonte: Secretária de Direitos Humanos. Coordenação Geral dos Direitos do Idoso. Dados sobre o envelhecimento do Brasil, 2000/2020)

Outro dado que chamou atenção na pesquisa realizada pelo IBGE, é que enquanto na faixa etária dos jovens prevalecia o sexo masculino, na faixa etária dos idosos, os maiores de sessenta anos, o sexo feminino tem sua maioria. Onde 56% são mulheres, e 44% homens. Existem alguns fatores que explicam porque as mulheres vivem mais que os homens nessa faixa etária. As mulheres se expõem menos ao risco (acidentes domésticos, no trânsito, suicídios...), assim como procura ter uma maior assiduidade com os serviços de saúde, também são as que menos ingerem álcool e tabaco esses que são grandes resultantes de morte precoce entre homens, e em menor escala no sexo oposto.

Segundo Camarano (2008, p.121-122) a razão de sexos varia em função da idade, nascem mais homens que mulheres. A média ao nascer, na maioria dos países é de 105 ou 106 homens para 100 mulheres. Após o nascimento, essas razões variam (em geral, declinam) devido aos padrões de mortalidade e movimentos migratórios que são diferenciados. No Brasil entre 1960 e 1991, houve um aumento significativo de 14 anos de esperança de vida da população do país, assim como uma queda na taxa de mortalidade que é responsável pelo aumento de idosos na população e que também concomitantemente, uma diminuição na taxa de natalidade. Dados divulgados pelo IBGE (Censo 2000) revelam que atualmente a taxa de filho para cada família está em média de 2,1 por mulher. Sendo essa taxa comparada aos dos países desenvolvidos.



Ainda com dados analisados da SDH (Secretaria de Direitos Humanos) nos anos de 2001 e 2011 o número de idosos aumentou em 55%, conforme gráfico abaixo.

**GRÁFICO 5- Número de idosos cresce 55% em 10 anos e representa 12% da população.**

**NÚMERO DE IDOSOS CRESCE 55% EM 10 ANOS E REPRESENTAM 12% DA POPULAÇÃO**



Fonte: Secretária de Direitos Humanos. Coordenação Geral dos Direitos do Idoso. Dados sobre o envelhecimento do Brasil.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, constata-se com o ano de 1991 o total da população era de 7,3%, já em 2000 esse percentual aumentou para 8,6%, e já em 2001 subiu para 9% chegando ao patamar analisado em 2011 com 12,1% da população total, o que significa um aumento total de 4% da população em um centenário. Só para se ter uma pequena noção quando falamos em números, em 2009 a 2011, o número de idosos aumentou em 1,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Diante do exposto, é notório que esse fenômeno do envelhecimento populacional vem crescendo na medida em que a taxa de natalidade vem diminuindo, e essa expansão de idosos na população precisa de maior atenção do Estado, em todos os âmbitos sociais, econômicos, culturais e sem ausentar a importância da sociedade e dos familiares para proporcionar dignidade e melhores condições de convívio entre esse grupo em destaque. Mudanças em políticas públicas têm que existir para dar continuidade ao que consta na lei, além de mudanças efetivas no comportamento das pessoas junto às pessoas idosas, livre de qualquer tipo de discriminação ou violência de qualquer natureza.

## 1.4 Principais Desafios do Envelhecimento

O envelhecimento tem sido considerado e tratado de acordo com a ordem cronológica de cada povo, ou seja, com a estrutura social, política, econômica de cada tempo. Isso significa que não há uma definição única acerca da velhice, sendo um fenômeno em constante metamorfose. Sendo assim, é como a sociedade interpreta a velhice em determinado momento que possibilitará ou não a proteção e inclusão social dos idosos.

Daí nota-se a importância que se criem mecanismos a ajustar-se e adaptar-se as mudanças que possibilite o acolhimento desses idosos, e que garanta uma relação digna e sustentável entre todos os envolvidos. Sendo esse um dos vários desafios do envelhecimento. Mercadante <sup>2</sup> (1997) realizou uma entrevista com alguns idosos, ela questionou aos entrevistados o que o entrevistado diria sobre “ser velho”, e as respostas foram as mais diversas.

“Ter perdido a energia física, mas ter ganho experiência...” (Homem, 70 anos)

“Ficar gagá” (Homem, 70 anos)

“Depender dos outros para tudo” (Homem, 70 anos)

“Ser velho é perder a beleza, a de fora e a de dentro” (Mulher, 70 anos)

“Ser velho é não ter mais a saúde física, principalmente, a saúde mental.” (Homem, 68 anos)

“Ser velho é não ter mais saúde, é ser um esclerosado.!” (Homem, 84 anos)

“Ser velho é perder a memória, não reconhecer mais os outros e, principalmente, não conseguir cuidar mais do próprio corpo.” (Mulher, 70 anos)

A pesquisa da referida autora, detalhou que muitos idosos entendem a velhice como a limitação do corpo, referindo como sendo o principal indício do envelhecimento de fato. Mas o que se sente ausência é de um discurso que acredite ser prazeroso envelhecer, principalmente pelo cenário atual do país em que os jovens morrem mais cedo que os mais velhos, em grande maioria por está associado à criminalidade e a ilegalidade.

---

<sup>2</sup> Elisabeth F. Mercadante Professora, doutora em Ciências Sociais pela PUC – SP, escreveu o artigo “Velhice: a identidade estigmatizada” pertencente ao 3º capítulo da sua tese de doutorado.

Os primeiros sinais do corpo e as doenças inerentes da velhice são fatores preponderantes em todas as declarações, sendo assim, reafirma-se a importância de uma estrutura organizada que dê a esses idosos condições para envelhecerem com qualidade e atendimento priorizado. Em 2013, o Governo Federal do país, junto à portaria 1.208, desenvolveu o programa “Melhor em Casa”, trata-se de uma atenção básica no âmbito do SUS, para atender pessoas incapacitadas e com problemas de locomoção, uma equipe multidisciplinar que tem seu atendimento o diferencial, socorrer no domicílio do(s) paciente(s). A formação deste tipo de serviço deve ser solicitada pelo município ao Ministério da Saúde através de projeto aprovado na Comissão Intergestora Bipartite, mas apenas para os municípios que possuam o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU).

Quando se avalia a rotina dos serviços de saúde da atenção básica, percebem-se as inúmeras dificuldades de acesso da população a estes serviços. Como Silvestre e Costa Neto (200, p.841) apontam, “o grande desafio é traduzir os avanços obtidos através da legislação em mudanças concretas e resolutivas na atenção à saúde da população”. Essas dificuldades ocorrem devido à complexidade da extensão territorial, à diversidade sociocultural, à deficiência na formação profissional e às diferenças na política regional, ou seja, as ações em saúde não ocorrem de forma uniforme, integral e eficiente em todas as regiões do Brasil.

Ainda discutindo acerca dos desafios do envelhecimento, outro desafio que o idoso enfrenta é a garantia de uma renda, já que como citado anteriormente muitos deles tem sua renda destinada para complementar o sustento da família. Essa renda deve garantir condições básicas para o idoso, como alimentação, saúde, segurança econômica, mas quando vemos relatos de negligência familiar, logo percebemos que esses idosos têm seus direitos e garantia negados, e o mais agravante, muitas vezes por seus familiares ou próximos.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

Segunda Pereira (2007) o serviço social, por tratar de uma profissão que atua em constante relação com as políticas públicas e os direitos sociais, deve discutir acerca do tema do envelhecimento esclarecendo e levantando debates temáticos, principalmente pelo aumento da expectativa de vida que exige um olhar diferente sobre a nova realidade. Mas para discutir sobre as políticas públicas é necessário antes de qualquer coisa, saber o que isso significa. Políticas Públicas “são instrumentos ou conjunto de ações do Governo elaboradas para enfrentar um problema público” (SOUZA 2006. p.26).

A Constituição Federal de 1988 define um modelo de proteção social configurado como um sistema de seguridade social. Envolve a previdência social (elaborada nos moldes de seguro social), a assistência social (entendida como direito e não como filantropia) e a saúde. Ou seja, busca-se articular os direitos contributivos e transferências de renda não contributivas vinculadas à assistência social sob a égide dos direitos sociais. Assim, a assistência social integra o sistema de seguridade social como política pública não contributiva. É, portanto, direito do cidadão e dever do Estado. Entende-se por políticas públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa a dar conta de determinada demanda, em diversas áreas” (Guareschi et al. 2004, p. 180).

As políticas públicas representam desafios para a sociedade e principalmente para o governo, por se tratar de medidas que iram impactar diretamente na vida da população, devendo ter uma aceitação positiva de todos, por se tratar de ações protetivas em modo geral, ou seja, que traga melhorias para o público, especificamente dos idosos, trazendo uma real atuação. Os países desenvolvidos estão mais preparados para esse aumento da população idosa por oferecerem uma melhor estrutura, e políticas públicas em atuação. No caso do Brasil, por se tratar de um país ainda em desenvolvimento, esse processo de ajustamento para essa população específica que deparasse com grandes obstáculos e muitas vezes até recessão, intensificando com o atual cenário de crise econômica e política.

Em 10 de dezembro de 1948, aconteceu a Assembleia Geral das Nações Unidas, que discutia acerca da Declaração dos Direitos Humanos, tal acontecimento significou um marco jurídico mundialmente. A ONU estabeleceu em seu art.1 que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação

umas às outras com espírito de fraternidade” e completa em seu art.25º § 1º, uma citação expressão aos direitos universais dos idosos.

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948, p.05)

A Declaração dos Direitos Humanos estabelece a proteção dos idosos em todo o mundo, determinando inclusão em todas as legislações internas de cada país. No caso do Brasil, tem-se a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), A Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto do Idoso, junto com implementação de outras políticas governamentais.

## **2.1 Os direitos do Idoso Na Constituição Federal de 1988**

Analisando as alterações na dinâmica populacional do país, a temática da terceira idade deve ser vista como de suma importância para o entendimento da complexidade do envelhecimento humano e seus reflexos na sociedade.

É necessário garantir a cidadania para todos inclusive para aqueles que tiveram e perderam. É a partir da inclusão social que se pode contar com pessoas solidárias, cordiais e conectadas com tudo e todos. É neste marco que se pode resgatar o ser idoso como para a sociedade. (VERAS; CALDAS, 2004)

A terceira idade exige ajustamentos sociais, com o principal propósito de garantir melhorias na qualidade de vida à pessoa idosa. Daí é que o Estado entra para intervir e contribuir com políticas públicas como uma forma de cidadania. Sendo esse um dos maiores desafios inerente no Brasil no atual século, é não só oferecer, mas também conseguir manter uma qualidade de vida desses milhões de idosos que crescem consideravelmente. Levando também em consideração que a maioria desses idosos tem níveis econômicos e sociais baixos, e que esses idosos devem mostrar-se ativos para a discussão e implementação desses direitos sociais, sendo a ausência do conhecimento acerca dos direitos e deveres que eles detêm, como fato recorrente e de grande preocupação. Levando em conta que a constituição de 1988 foi única que direcionou expressamente seu cuidado com os idosos, diferentemente das

constituições brasileiras anteriores, e esse mérito deve-se a mobilização dessa faixa etária nas discussões e fóruns de implementação do referido contexto constitucional.

A constituição de 1988 foi resultante de vários movimentos sindicais, de associações, de universitários e de outros interessados, como já mencionado a constituição garante direitos e deveres dos cidadãos, dando um destaque para os idosos que entendeu como responsabilidade da família, do Estado e também da sociedade expressamente mencionado em seu capítulo VII da constituição. Em relação aos direitos dos idosos, delineados na constituição pode-se citar o artigo 3º que diz que o Estado tem como objetivo principal “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade quaisquer outras formas de discriminação”; Já em seu artigo 7º, no inciso XXX- Proíbe “diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil”, o artigo 14, parágrafo 1º, inciso II, alínea “b”- Faculta o direito de votarem nos maiores de 70 anos. Os artigos representados, mostra claramente como a constituição se empenhou e preocupou em garantir os direitos em geral dos indivíduos, especificamente falando dos idosos.

A assistência social experimentou grandes avanços: promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que a reconheceu como política pública de seguridade social, tornando-a responsável pela oferta de proteção social não contributiva à população socialmente mais vulnerável; gestão compartilhada pela implantação dos conselhos e criação dos fundos de assistência social nas três esferas de governo. Outro marco importante foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 15 de outubro de 2004, com sua posterior regulação, em 2005, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estabelece um pacto federativo para a operacionalização da PNAS. Nesse contexto de acordo com a constituição que podemos citar o artigo 201º, inciso I, que deixa expresso que a previdência social atenderá, entre outros eventos, à cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada. O artigo 203º - Coloca que “a assistência social será prestada a quem dela precisar, independentemente da contribuição á seguridade social”, e tendo como objetivos “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”, nitidamente afirmando no seu inciso I.

O BPC (Benefício de prestação Continuada) configura-se como um benefício, como próprio nome sugere, esta integrado junto ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que é estruturado para atender pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social

decorrente de vários fatores, como fragilidade familiar, falta de renda, incapacidade física, entre outros. No caso dos idosos destina-se até um quarto de salário mínimo per capita para idosos com mais de 65 anos, tudo para garantir uma forma digna e melhor qualidade de vida para esses indivíduos.

Ainda falando em bem-estar social é que se destaca o artigo 193º da Constituição Federal em que diz “a ordem social tem como base o primado trabalho, e como objetivo o bem-estar e justiça social” e dando continuidade ao artigo 194º, que reafirma a seguridade social num conjunto de ações iniciativas do poder público e da sociedade. A referida Constituição coloca a assistência social como política de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) esse tríade significa um marco por tratar a velhice como um problema social que exige cuidados especiais.

O direito à Previdência Social é de caráter contributivo, ou seja, para aqueles que contribuem com a previdência social, e que está disposta no artigo 201º, § 7º da Constituição Federal, no RGPS (Regime Geral de Previdência Social)<sup>3</sup> é de “trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher” (inciso I); “sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.” (inciso II). Tendo como complemento o § 8º que diz “Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.

Regem ao princípio da universalidade os direitos a saúde e a assistência social, ou seja, não dependem de contribuição, sendo direito do cidadão e dever do Estado em oferecer serviços de qualidade.

Como já citado anteriormente, a Constituição afirma em seu artigo 229º “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. E complementa artigo 230º julgando a família, junto com o Estado e a sociedade como responsáveis pelo amparo e cuidado com os

---

<sup>3</sup> O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal a ele vinculada.

idosos, e completa no parágrafo 1º que os programas de amparo aos idosos deverão ser realizados preferencialmente em seus lares e em seu parágrafo 2º garante gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos.

Tais artigos discutidos revelam o respeito da Constituição Federal à condição da pessoa idosa e os seus direitos humanos claramente expressos, sendo assim, garantir sua efetiva atuação na sociedade. Além da Constituição Federal outras leis foram criadas para garantir esses direitos dos idosos é o caso da PNI (política Nacional do Idoso) regida pela lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e que cria o Conselho Nacional do Idoso, e o Estatuto do Idoso sendo todos esses citados como uma forma de garantir a integração, autonomia e a efetiva participação como forma de cidadania.

## **2.2 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**

A assistência social teve seu pleno desenvolvimento na Constituição Federal de 1988, tendo a assistência, a saúde e a previdência uma importante tríade. O art.203 da CF/88 prescreve que Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social. Em 07 de dezembro de 1993 foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social, de Nº 8.742 – LOAS, que trouxe consigo grandes avanços no “campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torna-la invisível como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade” (YAZBEK 1995, p.10)

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742)- LOAS é um sistema público, não contributivo, participativo e descentralizado, destinado à assistência social com a participação dos entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), além de se tratar de um benefício intransferível, ou seja, com o falecimento do beneficiário não haverá mais concessão do pagamento, desta maneira, não gerando pensão aos dependentes.

A LOAS dispõe, dentre outros direitos em seu artigo 2º, alínea “e” “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”, o que significa uma grande vitórias para aqueles incapacitados para o mercado de trabalho ao



mesmo tempo que contribui para inclusão social, chamado de BPC (Benefício de Prestação Continuada) e trata-se de um benefício de caráter personalíssimo que não tem natureza previdências. Ainda no art.2º parte I, está definida os objetivos da referida lei que é “a proteção social, que visa à garantia de vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente”.

O art.6º deixa claro que “As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social (...)”.

A Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003, estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como responsabilidade do Ministério de Combate à Fome, e as ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, seguindo os princípios e diretrizes estabelecidos pela LOAS que são os de coordenar, promover, avaliar, monitorar, propor, co-financiar as ações, capacitar e sistematizar informações. Essas ações anteriormente citada, se dar através da participação da sociedade nas políticas públicas de Assistência Social, se dá por meios de organizações, fóruns de participação popular, conferências, conselhos de defesa e direitos, entre outros que estão claramente estabelecidos na LOAS.

A referida lei trás consigo uma preocupação do poder público, da sociedade civil, e do legislador em além de garantir o direito dos idosos, fortalecer os vínculos sociais visando participação de todos, para construção de uma sociedade estruturada, em fortalecer cidadania aos idosos. Tal preocupação vai de encontro com a visão de assistência social de caridade, de causa, de suporte aos mais necessitados, indo para um viés mais politizado que busca os direitos e deveres dos cidadãos. Ela passa da condição de aquela que “presta favor aos pobres incapazes” à proteção social de direito enquanto direitos de cidadania. Teixeira (2002, p. 9) confirma que:

A formulação de Assistência Social conseguiu superar a tradição de benemerência e caridade, suportes do fisiologismo e de clientelismo, embora estas práticas ainda dominem. O grande salto foi conceber a Assistência como direito de cidadania,

política pública, prevendo ações de combate à pobreza e promoção do bem-estar social, articulada às outras políticas, inclusive a econômica.

A realidade da assistência social no Brasil é muito diversificada, e a partir dos condicionantes da formulação dessa política pública, reestruturou-se também a maneira de efetivá-la. Sendo assim, a política não pode ser implementada de maneira centralizada e homogênea, ela deve ser imposta em territórios cujas pessoas estejam em situações de vulnerabilidades e/ou de exclusão social. Por isso, há o caráter da descentralização como meio de intervenção na realidade para minimizar as desigualdades sociais, aproximação do cotidiano das pessoas que serve para entender a realidade a serem analisadas, e os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) como meios de relacionar a política de assistência social ao território.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal sobre os princípios da Assistência Social, o artigo 4º da LOAS, estabelece os princípios que garantem atendimento a todos sem qualquer tipo de discriminação. Teixeira (2002, p.9) cita:

Seus princípios são da universalização, respeito à cidadania, igualdade de acesso aos serviços, transparência, descentralização, participação de organizações da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações e a primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas.

A assistência social será prestada para quem dela necessitar, independentemente de contribuição social, conforme dispõe o art.203 na Constituição Federal. O referido artigo caracteriza o princípio da universalidade, por inclusão de todos os cidadãos e a não contribuição para ter acesso a esses serviços. Além disso, e de acordo com a Constituição Federal ainda sobre os princípios que rege o LOAS, há supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica art.4º, ( inciso I); da universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas (inciso II); a respeito da dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade (inciso III), da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se às populações urbanas e rurais (inciso IV); da divulgação amplas de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (inciso V).

Para mais, de acordo com o art.5º da lei em comento a organização da Assistência Social tem como diretrizes a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo (inciso I); participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (inciso II); primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (inciso III).

Sendo assim, fica claro que todo cidadão tem os mesmos direitos perante a lei, direito de terem os mesmos atendimentos sem qualquer disparidade e/ou discriminação, ou até mesmo qualquer tipo de situação contrariamente a lei e a Constituição Federal. Competindo ao poder público fazer a divulgação dos programas, projetos, serviços e benefícios, além de fiscalizar e autorizar a atuação dos responsáveis pelas políticas públicas de Assistência Social. Porém, infelizmente ainda é grande o desafio enfrentando pelos programas do governo, principalmente aqueles voltados para assistência social. Entre as principais ausências estão a de recursos, em maiores dificuldades estão os municípios que dependem da liberação e negociação de verbas, mesma essas estarem fixadas em lei.

E com intuito de amenizar a falta de incontestabilidade da LOAS, foi criado a Política Nacional do Idoso (PNI) que tem como principal objetivo alcançar as normas institucionais referente ao idoso. A referida política é regida pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 a qual cria o Conselho Nacional do Idoso e normas para garantir os direitos dos idosos, promovendo sua autonomia, integração e efetividade no exercício da cidadania.

### **2.3 A Política Nacional do Idoso (PNI)**

Em 1994 foi promulgada a Lei 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e tem por finalidade proteger e assegurar o direito do idoso como está claramente explicito no referido artigo, “A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.” (PNI, art. 1º).

A referida lei é uma resposta às reivindicações da sociedade, idosos ativos, aposentados, entidades representativas e profissionais da área participaram arduamente dessa “batalha”. E foi a partir dessa lei que se deu sucessão ao Conselho Nacional dos Direitos do

Idoso (CNDI), criado em 13 de Maio de 2002 que muito contribuiu para avanços na promoção de direitos e garantias dos idosos no país, além de institui programas de promoção da qualidade de vida, e na formação e informação desta parcela da população. É de suma importância fortalecer o papel fundamental que o Estado e a família exercem sob esse cidadão acima dos 60 anos, que através desse apoio garante a participação da terceira idade na comunidade, fortalece a dignidade e o direito a vida, e contribui psicologicamente no desenvolver do indivíduo. É com resultante disso que as políticas públicas governamentais tem buscado programar modalidades de atendimento aos idosos, e daí que se desenvolvem os Centros de Convivência do Idoso.

A PNI em seu art.3º repete os princípios da Constituição Federal e afirma que: a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida (inciso I); o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos (inciso II); o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza (inciso III); o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política (inciso IV); as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (inciso V).

Além disso, constituem algumas diretrizes da Política Nacional do Idoso que está expressa no art.4º como: a viabilização de formas alternativas de participação e integração dos idosos com todas as gerações; a participação dos idosos em projeto, programas, implementação de políticas públicas, dentre outras de interesse comum dos idosos. A prioridade de atendimento dos idosos, sendo a família o maior responsável em prover a saúde e bem-estar deste, exceto aqueles que não têm condições de garantir sua própria sobrevivência; além de prioridade no atendimento em órgãos públicos e privados. Apoio em estudos e pesquisas acerca do envelhecimento, entre outros.

A PNI estabelece ao poder público diversas atribuições nas áreas: da promoção e assistência social; da saúde; da educação; do trabalho e da previdência; da habitação e urbanismo; da Justiça; da Cultura, esporte e lazer. Sendo na área da promoção e da assistência social compete aos órgãos e entidades públicas prestar serviços e desenvolver ações para o atendimento das necessidades básicas dos idosos, além do incentivo de criação de centro de

convivência sendo essas governamentais ou não. O referido centro torna-se um espaço para pleno desenvolvimento do idoso, com atividades que estimulam a memória, uma terapia ocupacional que tem como objetivo principal promover a independência e autonomia nas áreas de ocupação. As entidades públicas têm como competência estimular a criação de casa lazeres, oficina de trabalho, atendimentos domiciliares que consigam impedir e reduzir a discriminação contra o idoso.

Na Saúde, deve-se garantir ao idoso a assistência preventiva, preferencialmente no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo o intuito de prevenção, promoção e recuperação da saúde do idoso; deve-se incluir nesse atendimento especializado a Geriatria como especialidade clínica e ir além, realizando pesquisas e estudos que possam detectar epidemias e doenças do idoso, com vista à prevenção, tratamento e reabilitação e criando serviços alternativos que cuide da saúde do idoso. Já em relação à Educação, o poder público deve aprimorar-se, um exemplo claro disso é incluindo em seus materiais didáticos, e metodologias educacionais assuntos e discussões inerentes ao envelhecimento, enfocando o fim da discriminação aos idosos e sua inclusão na sociedade de forma produtiva. O desenvolvimento de ensino a distância, e de universidades abertas para a terceira idade também é um método de inclusão e valorização dos idosos.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) tem um projeto de inclusão dos idosos em cursos presenciais. Trata-se da UAMA (Universidade Aberta à Maturidade) que tem como objetivo atender aos idosos de forma educacional, e conseqüentemente contribuir na melhoria da capacidade funcional, educacional e social dessa demanda. A aprovação da UAMA se deu em 2008 e que atende aos idosos interessados até os dias atuais.

Na área do trabalho e previdência social devem-se garantir métodos que iniba a discriminação aos idosos principalmente no mercado de trabalho, lugar que muitas vezes são vistos como incapazes e improdutivos; priorizar o atendimento nos benefícios previdenciários, e criar e estimular programas a manutenção de programas de que preparem para a aposentadoria nos setores públicos e privados, com no mínimo dois anos antes do afastamento. Na área de habitação e urbanismo o poder público deve destinar, nos programas de habitação, unidades com acessibilidade a esses idosos com diminuição das barreiras arquitetônicas, além de garantir como previsto em lei prioridade na aquisição desses programas. Na justiça, o poder público deve lutar pela primazia da defesa e da promoção dos direitos da pessoa idosa e zelar pela aplicação das normas relativas ao idoso evitando abusos e

lesões a seus direitos. Na área de cultura, esporte e lazer competem ao poder público garantir ao idoso a participação nos bens culturais, o acesso dos idosos aos eventos culturais, mediante preço reduzido, em âmbito nacional; incentivar atividades culturais na terceira idade; a valorização e disseminação desses eventos realizados pelos idosos afim de incentivar as gerações posteriores a continuidade dessas atividades, e chamar atenção àqueles que sentiram o desejo de ingresso nos eventos, assim como a participação da comunidade.

Acrescente-se que a criação do SUAS em 2004, infere a implantação de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e do CREAS (Centro de Referência Especializados de Assistência Social). Na PNI (Política Nacional do Idoso) art. 5º ao art.7º prevê a criação de órgãos permanentes deliberativos, chamados de Conselho do Idoso, em todas as esferas dos entes políticos: União, Estados, Municípios e Distrito Federal tendo como finalidade a de formular, coordenar, supervisionar e avaliar a PNI, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

Na medida em que o art.10º no § 3º expressa “todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso”, mostrando nesse trecho a solidariedade e cuidado para com idoso e desmistificando a ideia que apenas o poder público deverá ser responsável pelo todo, sendo essa atitude também de responsabilidade de toda sociedade, sejam funcionários públicos ou não.

Apesar dos grandes avanços da PNI, o Neoliberalismo tem um forte rebatimento no quesito de atuação do Estado que é reduzido principalmente em fatores econômicos. Que, além disso, passou a influenciar as ciências sociais, como exemplo o direito, diminuindo sua efetividade da garantia dos direitos sociais e jurídicos, o Estado só se preocupava em garantir em direitos em que o seu poder não interferiria sobre as ações individuais, ou seja, quando menos o Estado regular a vida do individuo mais livre esse se torna, sem alguma limitação. Como resultante desses direitos negativos, os idosos não conseguiam a igualdade material, mesmo tendo a Constituição Federal de 1988 preocupado com os direitos sociais, a fim de alcançar essa igualdade. Infelizmente, a efetivação dos direitos depara-se com ausências e profundas deficiências.

E é nessa distância que o plano legal e o plano real, que é criado a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). A referida lei prevê em suas diretrizes as leis de proteção à terceira idade e o direito do idoso. Desde saúde, a prioridade em transportes públicos, a inibição de qualquer

tipo de violência ou abandono, entre outros que garanta proteção, inclusão social, promoção da autonomia dos idosos e atendimento.

## **2.4 Estatuto do Idoso**

O Estatuto do idoso, importante por si só, adquiriu novas dimensões de acordo com o aumento demográfico dessa demanda em todo o país. A Lei 10.741. De 1º de Outubro de 2003 trata-se de dar providências que garantam a proteção social, condições dignas de sobrevivência e assistência médica suficiente, de forma também a incentivar a convivência do idoso no meio familiar de forma respeitosa. A questão dos direitos humanos na terceira idade ultrapassa aspectos de sobrevivência e dignidade nas condições de vida, remete-se a questões de solidariedade, de acolhimento e de reverência, mas que se depara com problemas em nosso país para que os direitos dos idosos sejam reafirmados e seguidos como direito pleno.

A referida lei garante o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, ao lazer, à cultura, ao esporte, transporte, à previdência, assistência, justiça, saúde, educação, habitação, profissionalização e ao trabalho, assim como o direito a proteção e atendimento especializado ao idoso. Infelizmente, durante o período de meu estágio, percebe-se que muito dos idosos dos grupos de convivência nunca tinha ouvido falar no Estatuto e/ou pouco sabia do que se remetia e dos direitos que lhe eram garantidos.

De acordo com o Estatuto do Idoso, decreta-se idoso no art.1º da lei, “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Sendo essa lei uma maneira que se configura um fortalecimento para a construção de uma nova identidade, forte e determinada, e com a legitimação da mesma, se intensificou o surgimento de serviços especializados para atender a essa demanda especificamente, programas como: pós-graduação, universidades abertas, entre outros, sendo todos voltados aos idosos, respeitando todas as limitações dessa faixa etária.

A velhice se transformou num grande e pendente problema social, difícil de solucionar não apenas porque o número de velhos cresceu, mas também porque aumentou o número de anos que vivemos como velhos. Mas velhos e mais anos de velhice. (BOBBIO, 1997, p.25)

Assim como em outras leis aqui citadas, o Estatuto do Idoso defende o direito do idoso que gere uma melhor qualidade de vida na sociedade, como dispõe o art.2º “O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Tendo em vista que no Brasil a proporção de idosos assim como a expectativa de vida vem aumentando, conseqüentemente, os números de aposentados ativos crescem em proporções equivalentes. É nesse sentido que têm a necessidade de desmistificar o idoso como ser inativo ao chegar à terceira idade, e contrário a essa ideia, afirmar a velhice como contribuição para a sociedade e perpetuação de experiências e relatos. A lei em discussão afirma, “Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico e cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.” (art.20º§ 2).

Muitos idosos permanecem no mercado de trabalho ou retornam a ele após a aposentadoria por vários motivos, entre eles: necessidade de uma renda adicional, ocupação do tempo ocioso, gosto pelo trabalho desenvolvido. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) constatou que quase 20% dos idosos aposentados no Brasil trabalham. Além disso, os idosos estão cada vez mais economicamente ativos, inclusive, contribuindo positivamente nas organizações através de sua riqueza intelectual é que releva uma pesquisa realizada pela Revista Brasileira de Ciências da Saúde (2011).

Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir. Parágrafo único. O primeiro critério de desempate e, concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. (BRASIL, 2003)

O referido Estatuto, conta com 118 artigos (alguns vetados), dividido em sete capítulos. O primeiro intitulado com as disposições preliminares, elencados entre o art. 1º ao art.7º definindo àqueles considerados idosos, seus direitos fundamentais e obrigações do poder público. O título II que vai do art.8º ao art.42º que discuti acerca das especificidades dos direitos fundamentais como a vida, a liberdade, o respeito e dignidade; também dispõe sobre os alimentos, a saúde, a cultura, a educação, o respeito e esporte e lazer. O título III que



vai do art.43º ao art.45º trata das medidas de proteção aos idosos e situação que serão aplicadas e a quem incumbe à responsabilidade de adotá-las.

Em seu título IV que vai do art.46º ou 68º dispõe sobre a política de atendimento ao idoso e dispõe também sobre as responsabilidades de órgãos públicos e privados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; regula ação de entidades de atendimento e impõe sanções. O título V que vai do art.69º ao art.92º, dispõe sobre o acesso a justiça, dando aos idosos prioridade nos processos judiciais e administrativos como dispõe o art.71 “É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância”; e estabelece o Ministério Público para a proteção dos direitos dos idosos. O título VI, do Estatuto do Idoso traz importantes disposições penais que vai do art.93º ao art.108º. São infrações penais as seguintes condutas dentre outras: omissão de socorro ao idoso; abandono de idoso em hospitais; exposição a perigo da integridade e da saúde física ou psíquica; retenção de cartão magnético de conta bancária; coagir, sob qualquer maneira, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.

E por último o título VII, que vai do art.109º até o art.118º que estabelece as disposições finais e transitórias, inclui no Código Penal e na Lei de Contravenções causas que pioram a infração em caso de crime cometido contra os idosos; estabelece também que serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País e que será criado projeto de lei revendo os critérios de concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) prevista na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social.)

Apesar do Estatuto do Idoso estabelecer a idade de 60 anos para conceituar idoso e fixar seus direitos, alguns direitos exigem dos idosos uma idade mais avançada, por exemplo, o direito à gratuidade no transporte coletivo, que exige a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos, conforme previsão do art. 230, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.

Dispõe o art. 3º do Estatuto que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, dispondo o art. 4º, § 1º, que “é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso”.

Sendo assim, a família tem que ficar atentos às necessidades do idoso, seja ela de ordem moral/espiritual, física e juntamente com a sociedade e o Estado deve assegurar ao idoso os seus direitos de cidadania, e garantindo sua participação na sociedade livre de qualquer discriminação. Sendo a Justiça como um dos segmentos principais para exercer e garantir a efetivação dos direitos da pessoa idosa, zelando por sua execução nas normas em que consta a lei, e determinando ações que puna aqueles que praticarem qualquer tipo de abuso e lesões, fortalecendo assim a integridade da terceira idade como um todo.

### **3. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS (TSI) DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)- AÇUDE VELHO**

Tido como uma entidade para estatal de prestação de serviços, o SESC compreendendo os serviços sociais autônomos, foi criada pelo Decreto-Lei nº 9.853, do dia 13 de setembro do ano de 1946, conferiu à Confederação Nacional do Comércio – CNC, onde ficou estabelecido no seu artigo 1º que,

Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comercio (SESC), com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. (Decreto-Lei nº 9.853, de 13/09/1946)

O SESC é mantido pela contribuição social caracterizada pelo caráter compulsório incidente sobre a folha de pagamento de empresas dos Serviços de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ou seja, os recursos financeiros do SESC são resultado da contribuição compulsória do setor de comércio e prestação de serviços. A ação do SESC dá-se em consonância com a ação governamental que cria o Serviço Social do Comércio com objetivo de humanizar as relações entre capital e trabalho, uma forma de inclusão dos trabalhadores que presenciavam o pauperismo e várias expressões da questão social no âmbito de trabalho. O “Terceiro Setor”<sup>4</sup> significa uma estratégia capitalista e do projeto neoliberal para enfretamento das expressões da questão social, já que a intervenção do Estado vem tornando cada vez mais minimizada e muitas vezes, ausentes na área social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 77).

---

<sup>4</sup> “terceiro setor” é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais e que tem como objetivos a geração de serviços de caráter público.

Assim, o SESC surge diante do resultado da ação empresarial e das organizações sindicais, sob o comando de João Daudt d'Oliveira, através do reconhecimento dos problemas sociais como “problemas de massa e como problemas de estrutura” (OLIVEIRA, 1947), o idealizador do SESC definia a ação do serviço social como instrumento de não apenas alívio de situações individuais desfavoráveis, porém, de transformação e progresso social.

Com o sistema atual no qual estamos inseridos, vem prejudicando a prestação dos serviços sociais públicos, transferindo a responsabilidade do setor público para o privado e que está inserida o SESC. O Serviço Social na empresa vem se modificando desde década de 1980, quando houve uma série de mudanças nas empresas capitalistas, é nesse contexto que surge diversas frentes de trabalho para os assistentes sociais que são: ação comunitária, desenvolvimento de equipes, voluntariado, educação ambiental, entre outros. A década de 1980 significou a negação do conservadorismo do profissional e o movimento de “ruptura do Serviço Social”. E nesse momento foi inserido um caráter crítico de atuação desses profissionais, que junto às necessidades sociais subalternas capazes de compreender a realidade nas conturbadas relações sociais e significando para a empresa, uma maneira de controlar e disciplinar a força de trabalho aos níveis de produtividade.

O Serviço Social se insere como profissão na sociedade como uma tendência predominante de “reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes” (IAMAMOTO E CARVALHO 2009, P.96).

O Serviço Social acaba por ser um importante mecanismo de garantia de hegemonia, principalmente por agir de acordo com as formas e ações filantrópicas e assistenciais. Hoje o SESC está presente em todos os estados brasileiros, atuando nas capitâncias brasileiras e em algumas cidades, sendo uma das formas de inserção privada da população em benefícios por meio de seus serviços prestados. É uma instituição, além de âmbito nacional, é de direito privado, ou seja, não tem por responsabilidade a execução e gerenciamento de políticas públicas.

Com uma grande rede de centros de atividades, a entidade comerciária está presente em todo o território nacional, por meio de programas subdivididos em setores, abrangendo assim as áreas da Assistência, Cultura, Educação, Lazer e Saúde, com serviços de baixo custo a sua população.

No âmbito da educação, o SESC pauta-se no sentido de que o sistema educacional brasileiro público não vem sendo capaz de responder eficientemente aos objetivos que se tem,

tendo em vista que, uma boa parte do público do SESC tem que recorrer a esses serviços, a entidade vem a desenvolver ações de suporte e complementariedade que visem à melhoria da qualidade desse ensino, através de ações voltadas para a criança, adolescentes e adultos que tragam o exercício da cidadania, com cursos de valorização social, educação complementar, educação infantil, fundamental e ensino médio, como também educação de jovens e adultos.

O SESC considera as ações voltadas para a cultura de extrema importância para a ressocialização dos indivíduos, suas ações visam o desenvolvimento e a preservação do conhecimento, através do incentivo à cultura e da difusão das artes em geral. Para isto algumas unidades contam com bibliotecas e apresentação artísticas. Tratando-se do lazer, aborda-se o conjunto de ações lúdicas, recreativas e de entretenimento para o melhor aproveitamento do tempo livre, através de atividades que busquem o desenvolvimento físico-esportivo e também pelo turismo social. A entidade identifica o lazer como importante para liberar o indivíduo da fadiga, resultante de suas obrigações, notadamente as do trabalho.

O SESC foi o pioneiro a nível nacional em desenvolver Trabalho Social com Idosos (TSI), e foi traçado em 1963. Tendo como objetivo desse trabalho, atender demandas individuais, incluindo-os em trabalhos coletivos, oferecendo ao público a oportunidade de um envelhecimento ativo e respeitando seus direitos e limitações.

Na cidade de Campina Grande, esse trabalho é atuante há mais de 25 anos, o programa de Assistência visa o melhor condicionamento e qualidade de vida do público alvo, procurando oferecer sempre informações atualizadas e não menos importante, novas expectativas vivenciais.

O Serviço Social do SESC para com os idosos oferecem espaços de lazer, a cultura e o convívio em quase todas as atividades desenvolvidas, e esclarecendo aos idosos seus direitos como cidadão, seu papel na sociedade, a recuperação e incentivo da autonomia e autoestima. Apesar de oferecer vários trabalhos com os idosos, o Serviço Social está vinculado apenas ao trabalho socioeducativo, ainda tendo nessa vertente muito que avançar.

O SESC, que inicialmente se apresentou aos idosos como um porto de chegada e acolhimento àqueles que buscavam convívio e respeito, é hoje mais. É porto de chegada onde se recarregam as baterias da autoestima e até mesmo do empreendedorismo e ponto de partida para o retorno à sociedade. Este idoso é, hoje, a sua voz e mais voz nas questões que dizem respeito a todos. (JÚNIOR, 2009, p.22)

Para a realização desses encontros e tantas outras atividades, o SESC Paraíba conta

com uma equipe multidisciplinar especializada composta de profissionais do campo de: Enfermagem, Serviço Social, Educação Física e Odontologia para o bom funcionamento e atendimento do público e associados, a fim de atender as expectativas da demanda, e a sociedade como um todo explicitando a valorização da instituição em excelência nos serviços prestados, com total empenho e dedicação. Através da portaria do SESC N° 456/98 que oferece uma Bolsa Especial para Estagiários e seguindo a Lei. 11.788 de 25 de Setembro de 2008, que dispõe sobre a política do estágio; e junto ao Departamento Nacional que visa o pleno desenvolvimento do Estudante que deverá este matriculado em instituição de ensino superior, como um futuro profissional isso significa a possibilidade de enriquecimento pessoal e profissional, contribuindo para desenvolvimento da instituição e do público alvo.

### **3.1 Local e Período de Estágio**

Segundo dados do IBGE, o município de Campina Grande fica localizado no interior do Estado da Paraíba, distante cerca de 122 Km da capital, cujo o acesso é feito pela BR-230. Está localizado no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, está numa latitude de 555 metros acima do nível do mar, e tendo sua área abrangendo 594,2 Km<sup>2</sup>. Fazem parte do município de Campina Grande os seguintes distritos: Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, São José da Mata, Santa Terezinha e Galante.

Ainda de acordo com a estatística, Campina Grande possui 405 072 habitantes (densidade demográfica de 648, 31 hab/km<sup>2</sup>) em 2015. O município conta com vários empreendimentos, tendo uma média de 8.500 unidades atuantes do mercado. E para atender a essa demanda do comércio que foi criado o SESC, sendo esse mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços e tratando de uma empresa não governamental, sem fins lucrativos que tem como principal objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores associados e seus familiares.

A unidade SESC- Açude velho foi inaugurado no dia 8 de dezembro de 1967, recebendo como nome de referencia o Centro de atividades sociais “Renato Ribeiro Coutinho”. O SESC- Açude Velho fica localizado no Bairro do Catolé, próximo ao açude velho, na Rua Paulo Frontin, número 168, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. O atendimento à população usuária de seus serviços se dá entre às 08:00 a as 19:00 horas de segunda a sexta. Aos domingos funciona com atividades de lazer disponibilizando o banho de

piscina, música ao vivo, salão de jogos e as quadras para atividades esportivas, no horário das 09:00 às 15:00horas.

No tocante ao âmbito físico da instituição, ela possui no total 17 salas, divididas entre 1º e 2º andar que se subdividem em: duas salas de reuniões, e as demais uma de cada para Educação de Saúde, Informática, Assistência Social, Contabilidade e tesouraria, Coordenação do meio, Sala de matrícula, Recreação, TV e vídeo, som, gerência, secretária, Setor de enfermagem, Setor de Esportes, Ergometria e Copa. Tendo em vista que o SESC Açude Velho se caracteriza por ser um local de lazer, não poderia deixar de ter em sua estrutura uma quadra externa, uma quadra de areia, um ginásio, sala para a prática de ginástica e duas piscina (adulto e infantil), sendo assim, todos os aparatos necessários para incentivar e entreter comerciários, dependentes, usuários e a população em geral.

Nesta unidade do Açude Velho realiza ações voltadas para saúde, lazer e assistência. Desta maneira, através de

(...) uma estrutura de qualidade, a unidade promove todas as segundas-feiras, ações sociais destinadas aos visitantes e trabalhadores da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) com orientações no combate a doenças. Desta forma, os presentes adquirem conhecimentos para melhoria da qualidade de vida. (SESC- Açude Velho, 2010)

### **Saúde**

A unidade vem a trabalhar como a Educação em saúde, com a realização de programas desta área, de caráter educacional, objetivando reforçar praticas de promoção e proteção por intermédio dos trabalhos com grupos, empresas, escolas e comunidades. Onde se realizam palestras, exposições, seminários, oficinas, dentro outros. Estes instrumentos também são utilizados para a educação odontológica, local que se ensina meios de prevenção a doenças bucais. Abrange o setor de enfermagem.

### **Lazer**

Tido como um dos principais meios de promoção à saúde e bem estar da população não só campinense como de outras cidades circo vizinhas, o setor do lazer conta com os programas e projetos de Desenvolvimento Físico-Esportivo que são realizadas exercícios sistemáticos de ginástica, de esporte em geral com caráter de curso, competições e treinos, onde são oferecidos esportes na modalidade de: futsal, vôlei, natação, hidroginástica, ginástica

e atividades ergométricas. Também estão inclusos a Recreação que vem a ser o entretenimento dos indivíduos através de práticas lúdicas e informais, onde consiste mais em atividades como: jogos de salão, manhas, tardes e noites recreativas, banhos de piscina, serestas, reuniões dançantes, sessões de vídeo, festas de confraternização e também a assistência a competições esportivas.

### **Assistência**

Ponto importante para integração e ressocialização feitas diante de medidas de auxílio indireto com caráter socioeducativo, através do Trabalho com Grupos, ao qual destina-se a promover a participação social e o exercício da cidadania pelos trabalhos sociais com grupos de idosos (TSI). É neste setor que o Serviço Social dentro da instituição vem atuar através de realizações semanais de reuniões para a formação de grupos de continuidade com os idosos, oficinas, palestras, dinâmicas de integração, seminários, cursos, encontros de gerontologia, campanhas e visitas institucionais. Neste setor conta com a presença de assistente social e duas estagiárias.

Estes serviços são disponibilizados aos comerciários que são pessoas que trabalham no comércio de carteira assinada, dependentes, sendo estes reconhecidos como cônjuge, pais e filhos, usuário sendo os que praticam alguma atividade no SESC- Açude Velho, e de empresas que tem convênio com o SESC.

O período de estágio teve seu início no dia 01/03/2014 e término 31/12/2014 em uma de suas várias unidades espalhadas pelo país, está a unidade SESC- Açude Velho onde desenvolvi meu estágio em um período de pouco mais de 9 meses. Sendo divididas em 4 horas por dia, totalizando 800 horas. Sendo assim o estágio acontecia no período da tarde, e com exceções de eventos na instituição e sem que houvesse prejuízo no horário das aulas, poderia haver necessidade de troca de horários.

### **3.2 Principais Objetivos do programa TSI e sua atuação no SESC- Açude Velho**

O TSI (Trabalho Social com Idosos) teve o SESC como pioneiro desse projeto no país. O referido projeto tem como principal objetivo, oferecer uma melhor qualidade de vida à terceira idade. Sua atuação no SESC é bem diversificada, com atividades socioeducativas, debates, palestras e roda de conversa com os mais variados temas.



O TSI é um projeto reconhecido pela ONU sendo presente no SESC há mais de 40 anos, sendo criado aqui na Paraíba no ano de 1989, atendendo uma média de 60 mil pessoas em todo Brasil. O TSI trabalha com incentivo da inclusão social, garantindo o valor desses idosos na sociedade, valorizando a história desses como forma de levantar debates, e recordações de experiências e momentos vividos.

A origem do Serviço Social na instituição foi dada desde a sua inauguração, no ano e 1967, porém antes o trabalho não se dava na linha de trabalho com os grupos de idosos (como atualmente), mas em atividades voltadas para a promoção e valorização do trabalhador (comerciário) e sua família (dependentes) ao qual buscava meios para a superação do desgaste resultante do exercício profissional, objetivando trazer a melhoria no padrão de vida dos mesmos. Assim, tendo em vista a atual amostra da população brasileira desde as últimas décadas, a referência à terceira idade tem merecido centralidade tanto nas discussões (...), quanto nas ações do Estado, visto que é necessário uma adequação das estruturas sociais disponíveis, visando à promoção de uma melhor qualidade de vida à pessoa idosa (ALENCAR, 1999, P.64)

Entretanto, o Estado não vem cumprindo esse papel diante desse segmento populacional, o que abre portas para que instituições que prestam serviços como o SESC venha desenvolver esse tipo de trabalho, salientando que não é de hoje que a instituição veio a despertar para o crescimento populacional, muito antes disto ser tema de preocupação para as políticas públicas. O atendimento à terceira idade promovido pelo SESC já é um trabalho-realizado dentro da assistência, no âmbito do Serviço Social- pioneiro no Brasil. Nos últimos 40 anos o SESC se tornou referencia nacional na área de gerontologia, proporcionando visibilidade a questão da velhice na sociedade e influenciando positivamente no direcionamento de políticas sociais.

O TSI é um programa assistencial de caráter socioeducativo que objetiva proporcionar a autoestima e autonomia dos participantes, através de programas e atividade de integração e socialização, sendo estes: cursos, excursões, teatro, dança, reuniões, palestras, oficinas, encontros de gerontologia e exercícios físicos. Em Campina Grande, o trabalho voltado para os idosos teve início desde o ano 1989, ao qual se trabalha com grupos de continuidade, em uma demanda específica de pessoas idosas.

Na unidade SESC- Açude Velho existem três grupos com os quais são desenvolvidas as atividades voltadas para a terceira idade, grupos estes denominados de: Nova Vida, Alegria

de Renascer e Idade Feliz, as reuniões ocorrem respectivamente todas as segundas, terças e quartas-feiras, no horário das 14:00 às 16:00, na Sala de Reuniões II, localizado no térreo.

Retratando o trabalho do Serviço Social com o idoso, percebe-se que é mais como educador, a sua maior responsabilidade é fazer com que o idoso conheça seus direitos, ajudar na sua inclusão social, etc. Souza (2003) afirma:

Cabe ao Serviço Social, em sua função educativa e política, trabalhar os direitos sociais do idoso, resgatar sua dignidade, estimular consciência participativa do idoso objetivando sua integração com as pessoas, trabalhando o idoso na sua particularidade e singularidade, levando em consideração que ele é parcela de uma totalidade que é complexa e contraditória. (SOUZA, 2003, P.2)

O TSI do SESC Açude Velho conta com o trabalho do assistente social juntamente com os demais profissionais das áreas de Enfermagem e Educação Física, um dos trabalhos oferecidos pela instituição para a terceira idade são as reuniões de continuidade, que acontecem semanalmente, nelas são apresentados seminários, dinâmicas, tardes lúdicas, dentre outras atividades, onde se discutem temas que fazem parte do cotidiano desses idosos, tais como convivência em grupo e sua importância, família, educação, lazer, cidadania, direito do idoso, entre outros. E com intuito de fazer que esses idosos tenham um perfil ativo, através da sua inserção e permanência na sociedade produtiva, antes perdida e esquecida.

Para a terceira idade, o SESC possibilita mais do que serviços voltados para a área de saúde e assistência. Diariamente, o grupo de idosos desenvolve ações variadas, objetivando estimular o intelecto e o físico. Dança, oficinas, teatro, palestras e passeios permitem uma maior integração entre os participantes, além de novos conhecimentos que ajudam na autonomia e autoestima dos mesmos. São momentos como esses que fazem um resgate à arte e à memória, a partir de sugestões dos grupos outros assuntos e atividades são produzidas de forma que garantam a interação de todos, respeitando as limitações de cada um. O TSI alcança seu objetivo com destreza, por respeitar todos e ouvir com atenção e ética a individualidade de cada um. Tendo a equipe do SESC- Açude Velho envolvidos como um todo, em todas as atividades desenvolvidas, e tendo como recompensa a satisfação e agradecimento dos idosos, que desmistificam essa ideia, de serem inativos e sem disposição; ao contrário a todo momento, mesmo aqueles que por alguma maneira não podem participar ativamente das atividades, se fazem presente em todos os eventos. A assiduidade desses idosos é outro fator de destaque, pois, salvo aqueles por força a ausência em reuniões é quase eventual, tendo quase sempre todos os lugares devidamente ocupados.

São esses os fatores fundamentais que identifica a efetividade do Trabalho Social com Idosos, em todo âmbito nacional do SESC, tendo sempre os mesmos relatos entre os idosos, e sendo um grande mérito para todos envolvidos nesse trabalho. A ação do Serviço Social junto aos usuários tem como grande desafio a construção de um trabalho embasado no caráter socioeducativo da profissão, buscando a participação ativa de todos os idosos de maneira autônoma, respeitando os limites institucionais, quanto seguindo os princípios ético-político da profissão.

### **3.3 Atividades desenvolvidas e atribuições/ atuação do Assistente Social no programa.**

Durante o período de estágio foram desenvolvidas varias atividades que seguiam o objetivo principal do TSI, seria a integração dos idosos. Sob a orientação da supervisora, foram realizados reuniões dos mais diversificadas temas.

Na assistência consiste em ações desenvolvidas no sentido de contribuir para a valorização do trabalhador e de sua família e para sua integração na comunidade, através de medidas de auxilio indireto como caráter educativo e social. Isto é realizado através dos trabalhos com grupos, ação comunitária e assistência especializada. Diante dessas atividades e através de mais de cinco mil unidades de prestação de serviço espalhados pelo Brasil e cerca de 350 milhões de atendimento efetuados, por ano, que o SESC busca garantir a melhoria da qualidade de vida dos comerciários e seus dependentes.

A atuação do Assistente social no programa é preparar os temas a serem desenvolvidos nas reuniões seguintes, e quando necessário realizar estudos e pesquisas bibliográficas para fundamentar a programação e embasamento profissional. Também fica responsável pela escolha e/ou separação dos materiais a serem utilizados para as atividades. Toda a parte de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades realizadas com a equipe do TSI fica sob a responsabilidade do setor da Assistência Social, mesmo que estejam envolvidos outros setores.

O setor do Serviço Social é quem desenvolve e sugeri projetos e estabelece estratégias de atuação, considerando as características das unidades operacionais, e após aprovação e liberação do setor da gerencia ou até mesmo o setor nacional quando assim necessário. Todas as oficinas desenvolvidas no TSI ficam sob a supervisão, orientação e colaboração da assistente social, principalmente quando se trata de atividades de grande porte. No caso de atividades que unam as duas unidades do SESC em Campina Grande, que seria o SESC-

Centro e o SESC- Açude Velho, as assistentes sociais das duas unidades tem a mesma responsabilidade na realização do evento, assim como juntas desenvolvem todo o projeto a ser apresentado previamente à gerência.

Essa dependência do setor de assistência social caracteriza um problema corriqueiro na atuação do assistente social que é a falta de autonomia, mesmo contanto com um ambiente favorável, sem nenhuma precarização, no sentido material e financeiro. Por outras, o desvio de função é algo inevitável, pois os idosos ainda levam consigo a ideia de Serviço Social de caridade, e nesse caso, resumido apenas na garantia de realização de reuniões e disponibilidade de material. E outras questões que não estão inclusas no projeto profissional.

os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p.95)

. Entre outras atividades atribuições do assistente social na instituição está a de acompanhar o desenvolvimento do processo grupal nas mais diversas etapas. E quando necessário, mesmo sendo uma eventualidade, é o assistente social que fica responsável de comunicar com os familiares e parentes próximos a respeito de algum problema envolvendo algum idoso participante desses grupos. Além disso, fica também o Serviço Social responsável de contabilizar os pagamentos mensais dos idosos (que contribui com pequeno valor para manutenção das atividades festivas) e administrar o valor arrecadado para os eventos a serem desenvolvidos.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

São grandes os desafios enfrentados pelo Serviço Social na empresa, por tentar mediar o interesse capitalista com a realidade e necessidade do público alvo, e que na maioria das vezes resulta em contradições.

### **3.4 Atuação da (o) estagiário de Serviço Social**

As atividades desenvolvidas pelas estagiárias do Serviço Social junto aos grupos terceira idade, são as mais diversas possíveis, mas, com o intuito de integrar a participação de todos e estimular a busca por melhores possibilidades de manter uma boa qualidade de vida. São realizadas reuniões com os grupos de segunda à quarta, com vários recursos e temas e que em sua maioria, acompanha as comemorações festivas e que, contribua para a convivência de todos os membros do grupo. As reuniões também contam com a participação de outras equipes como: equipe de recreação, equipe de saúde bucal, equipe de enfermagem, e mesmo que esporadicamente, equipe de outras instituições sendo essas, as universidades relacionando os projetos e palestras com a gerontologia. Durante as reuniões, percebe-se a satisfação dos idosos por está presente num ambiente harmonioso, como muitos deles, a segunda casa.

Há também nas reuniões, realização de dinâmicas e oficinas. O que se percebe é que, apesar de limitações devido a idade a assiduidade deles é grande, mostrando uma maneira de integração com outros participantes do grupo, e fugindo do isolamento. Na grande maioria dos eventos desenvolvidos há participação da grande maioria, com exceção, daqueles que tem problemas de limitações físicas. Por se tratar de três grupos, cada qual com em média 30 idosos, há algumas disparidades comuns diante da diversidade, mas, nada que impediu o pleno desenvolvimento das atividades.

Como projeto de intervenção, foi debatido o seguinte tema: “A terceira Idade e o preconceito: a desmistificação de uma vida sedentária”, que discutiu acerca do papel dos idosos na sociedade, uma visão crítica de que ao se aposentar o idoso torna-se sedentário, improdutivo e muitas vezes julgados como incapazes. Através das atividades desenvolvidas com os idosos, foi claro perceber que, exceto aqueles que detêm de alguma limitação física, todos aceitaram a aposentadoria como uma maneira de investir em melhor qualidade de vida, e até mesmo busca uma renda extra; pois, ainda são comuns relatos daqueles que ajudam filhos e/ou netos que moram sob sua responsabilidade financeira.

A justificativa do tema discutido é o fato da velhice na sociedade contemporânea ainda ser interpretada como algo negativo e carregada de simplificações, principalmente pela questão cultural da sociedade que valoriza os excessos, a agilidade, intensidade e que tem a felicidade como ausência de sofrimento, ou seja, ser velho é “carregar dor doença é a privação de uma vida plena”. É esse olhar sobre a velhice que abre portas para um caminho discriminatório, tendo a ideia de uma fase concluída, e que impossibilita a construção de novos conhecimentos e até formas alternativas de viver.

A velhice se transformou num grande e pendente problema social, difícil de solucionar não apenas porque o número de velhos cresceu, mas também porque aumentou o número de anos que vivemos como velhos. Mas velhos e mais anos de velhice. (BOBBIO, 1996, p.25)

Quando se reflete acerca da velhice, instantaneamente pensa-se em aposentaria, induzindo a pensar o idoso como ser descartável que por anos vendeu sua força de trabalho ao mercado e que ao atingir um tempo estimável a sociedade, não oferecerá produtividade e, conseqüentemente, interesse ao mundo dos negócios. A aposentadoria condicionou o velho à categoria de inativo, numa sociedade que reconhece seus cidadãos pela inserção no mundo economicamente produtivo.

Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir. Parágrafo único. O primeiro critério de desempate e, concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. (BRASIL, 2003).

Tendo em vista que no Brasil a proporção de idosos assim como a expectativa de vida vem aumentando, conseqüentemente, o número de aposentados ativos cresce em proporções equivalentes, é nesse sentido que têm a necessidade de desmistificar o idoso como ser inativo ao chegar na terceira idade, e contrário a essa ideia, afirmar a velhice como contribuição para a sociedade e perpetuação de experiências e relatos.

Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico e cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. (BRASIL, 2003)

O objetivo do presente projeto é disseminar o conhecimento de forma clara através de vários recursos como: palestras, reuniões, dinâmicas, oficinas, permuta de relatos e/ou reflexões, vindo fortalecer os objetivos e valores defendido pelo SESC.

Como forma de melhor explicitar e expor as atividades desenvolvidas junto ao TSI seguem abaixo as palestras que foram ministradas e seus respectivos objetivos:

### **A terceira idade e o preconceito: a desmistificação de uma vida sedentária.**

Como proposto em plano de intervenção e como forma de cumprir com o sugerido, a primeira reunião que teve ministrado teve o intuito de discutir acerca da terceira idade na sociedade contemporânea. E desmistificar a pré-noção que ao chegar à terceira idade o idoso perde sua autonomia, sua capacidade de produção e raciocínio, exceto aqueles casos em que o idoso se encontra acometido de uma doença degenerativa que afeta questões neurais. Com intuito de quebrar com esse olhar discriminatório é que a referida palestra mostrou ao público alvo a importância de se “manter vivo” e mostrar através de uma boa qualidade de vida que é capaz de realizar atividades, respeitando a limitação de cada um. O grupo de convivência do SESC permite que a discriminação acerca da terceira idade, seja quebrada, contribuindo positivamente na vida desses.

### **O trabalho após aposentadoria**

Visto que, após a aposentadoria muitos desses idosos se vêm fora do mercado de trabalho e que essa situação muitas vezes vai contra seu desejo, que seria de continuar exercendo alguma atividade sendo para complementar a renda familiar ou simplesmente não “cair” na ociosidade, a referida palestra discutiu acerca da importância de fugir do sedentarismo, e quebrar com a visão que aposentaria resulta em improdutividade e/ou incapacidade.

Através da discussão verbal e no questionário aplicado a alguns idosos, percebeu-se a necessidade de uma visão progressista dos familiares na autonomia desses idosos, e que a aposentadoria está longe de ser o fim para o grupo que é cheio de vida e saúde. A reunião acima detalhada, não teve o intuito de incentivar para o retorno ao mercado de trabalho, mas a busca de atividades que contribuam aos idosos de ter uma vida ativa, com mais saúde estimulando e explorando o corpo.

### **A era digital e a terceira idade: a inclusão em um novo mundo.**

O tema em questão visa uma realidade gritante na sociedade, um mundo cada vez mais informatizado e tecnológico. Em pleno século XXI, acompanhar o avanço na tecnologia ajudará a rotina do indivíduo. Diante do exposto, a presente reunião contribuiu positivamente para o incentivo de se familiarizar com a tecnologia que não se resume apenas ao uso de computadores e celulares, mas no uso de equipamentos de banco, de eletrodomésticos de última geração, no acesso a redes sociais como forma de sentir-se mais próximo de entes distantes.

Na ocasião foi aplicado aos integrantes do grupo ali presente, um *Quis* que objetivasse notícias de grande repercussão na mídia e/ou internet para identificar se a grande maioria se matinha informado. Durante a discussão foi visível o interesse dos idosos em acompanhar os avanços tecnológicos, sendo a ausência de quem orientasse como sendo o maior obstáculo assim relatado pelos ali presentes.

### **Chega de Sedentarismo: eu quero é jogos interativos**

A referida reunião foi desenvolvida para discutir acerca da suma importância de exercitar o cérebro. A priori um órgão pouco assistido, o cérebro tem “X” funções que pode auxiliar no melhor condicionamento físico e principalmente mental. Na ocasião foi discutidas maneiras simples do dia-dia que pode ajudar a exercitar o cérebro, e despertar regiões “adormecidas” pela ausência de estímulos. Foram expostos várias situações que podem ser realizadas diariamente, como: escovar os dentes com as duas mãos, vestir-se de olhos fechados, memorizar senhas e datas importantes, entre outros. Além da discussão, houve na ocasião uma competição na qual o grupo foi dividido em dois subgrupos para tentar acerrar maior número de desafios postos que fora: jogo dos sete erros, trava-língua, quantos bichos tem? E por fim, ache o objeto escondido. A dinâmica teve o objetivo alcançado, o de quebrar com o tradicionalismo de palestras discutidas apenas verbalmente, e mostrar na prática como brincadeiras simples pode manter o cérebro vivo e sempre disposto a das respostas positivas.

### **3.5 Ações desenvolvidas e resultados**

Durante o período de estágio e diante das enriquecedoras experiências, logo percebe-se a importância de conseguir através do esforço em transmitir temas educativos e atuais, a



satisfação do público alvo como resultante dessa trajetória e além disso, podem alcançar o objetivo nas reuniões com os grupos da terceira idade com êxito e explicitamente o maior exemplo disso. No que se refere aos obstáculos que poderia haver para a realização das atividades a serem desenvolvidas, a ausência desses contribuiu para melhor socializar informações sem que houvesse empecilhos. A instituição nos proporciona uma ótima infraestrutura que contribui muito para o enriquecimento das atividades.

Por se tratar de uma pesquisa quanti-qualitativa, foi aplicado aos idosos do SESC, um questionário que analisava sua relação com a família e sociedade e se algum momento já passou por algum desconforto devido à idade ou por julga-lo incapaz de realizar algo até mesmo no âmbito familiar. Além disso, foi discutido como o idoso reagiu diante da aposentadoria, se buscou novos mecanismos de vida, assim como se ainda continua trabalhando e por qual motivo. A busca por atividades ocupacionais é bem aceita e até mesmo solicitado entre os idosos, que veem nesses momentos o que necessitam para sair da ociosidade. A pesquisa realizada com os idosos, também significou uma aproximação com aqueles que se mostravam mais resistentes à participação das atividades, e de qualificar o desempenho dos estagiários junto a equipe TSI.

De acordo com o questionário realizado, o nível de satisfação entre os idosos em relação ao trabalho desenvolvido entre os estagiários, foi gratificante e recompensador, sentir que a interação foi recíproca. Infelizmente quando foi perguntado sobre a relação idoso/família, mesmo que uma minoria há quem relatou desprezo e a solidão como um dos problemas mais recorrentes, entre essa pequena parcela. Já em relação à discriminação, abusou ou algum tipo de situação vexatória, é comum os relatos de momentos constrangedores em coletivos, estabelecimentos.

Já ouvi por diversas vezes ao solicitar atendimento preferencial em filas convencionais, que sempre tem um velho pra atrasar a vez de um ou outro na hora do atendimento; Às vezes me sinto como se tivesse fazendo algo que prejudica meu colega que está ali na fila antes de mim. (Mulher, 72 anos)

Quando foi perguntando sobre a importância de ter uma qualidade de vida e fugir do sedentarismo, as respostas foram as mais diversas, porém, como mesmo intuito.

É a forma que nos ajuda a ter mais anos de vida, longe de doenças degenerativas como a esclerose e mal de Alzheimer; Além de nos fazer fugir da solidão, adoro está em minhas amigas nesse grupo da terça-feira. (Mulher, 70 anos)

Diante dessa pergunta e das opiniões coletadas, observa-se a importância dessas atividades que significa além de manter o corpo ativo e mente saudável é também uma forma de fugir do abandono e o medo de ficar “velha” e esquecida, em todo momento eles reforçam a necessidade de serem lembrados assim como, sempre estão preocupados em ajudar os amigos de forma mutua, resultante num verdadeiro laço sentimental.

Gosto muito de ter uma vida ativa, de viajar, de ver novas pessoas e de conversar me faz sentir útil. (Homem, 62 anos)

E em todas outras discussões levantadas foram acrescentadas várias formas de agradecimento, principalmente pelas palestras desenvolvidas, pois, “o novo” e assuntos atuais são um dos momentos que prendem por completo a atenção dos idosos.

No tocante de relacionamento com os funcionários da instituição considero ser esse outro elemento positivo e enriquecedor para o período de estágio, houve um entrosamento com todos sem conflitos aparentes. O relacionamento fluiu de maneira respeitável e profissional, gerando conseqüentemente um ambiente mais confortável para a realização de atividades e/ou eventos ali realizados, tendo a contribuição em todos os momentos. Tendo uma supervisora de alta capacidade, que nos apoiou e guiou para tomar medidas quando necessário nos possibilitou grandes conhecimentos e autonomia.

O estágio proporcionou aprendizagens enriquecedoras, preparando-nos para tomar decisões e ter atitudes mais fundamentadas e seguras, além de no preparar para realizações corriqueiras em nossa profissão. Medidas essas que vai desde planejamento, a organização a fim de aperfeiçoar para a prática do assistente social, identificando suas reais atribuições. Diante do exposto posso acrescentar que o estágio foi de suma importância na minha vida profissional, me norteando para áreas afins e abriu portas para novos conhecimentos e experiências. Significou uma grande oportunidade de qualificação e aprendizado para formação profissional, tanto como pessoal.

Quando se refere ao TSI a partir da convivência com a terceira idade, é natural que passamos a admira-los e respeita-los por sua energia e alegria contagiante. Como futura profissional afirmo, ser esse um dos maiores aprendizados que levarei desses idosos, ao mesmo tempo tão jovens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises discutidas nesse trabalho revelam que o envelhecimento é um processo inevitável que necessita que o Estado esteja ainda mais estruturado para esse fenômeno que tendem a crescer consideravelmente nos anos posteriores, já que esse aumento da longevidade está alterando a sociedade brasileira. Podemos concluir que o idoso, atualmente, tem uma qualidade de vida melhor que aos jovens, por sua maioria possuir casa própria e por contribuir para a renda familiar.

São fatores como esses que norteiam as transformações da economia brasileira, principalmente em momento de crise profunda, os jovens estão em luta constante para um espaço no mercado de trabalho. Os idosos, por estarem garantido por lei de um salário mínimo, no intuito de que esse valor contribua para melhores condições de vida, detêm de maiores possibilidades de manter uma boa qualidade de vida; Não que esse valor seja suficiente para isso, mas por estarem assegurados de políticas públicas voltadas para sua garantia e direito de vida na sociedade, sem qualquer tipo de discriminação. Para desenvolvimento pleno da terceira idade, é necessário que esses idosos se sintam acolhidos tanto pelos familiares, como pela sociedade em sua totalidade. A participação dos idosos, em eventos, assim como em decisões familiares, entre outros momentos, faz com que haja a valorização e a contribuição desse público em todas as esferas.

É necessários desconstruir essa visão de inutilidade por parte dos idosos, de associar os idosos como fonte de doenças e incapacidade, só assim a autoestima desses poderá se elevar de maneira satisfatória, mesmo com tantas dificuldades, os idosos em sua grande maioria se orgulham pelo fato de envelhecer, de acumular saberes e de contemplar a vida. Visto que, o fato de envelhecer é tido como processo vitorioso, na medida em que a população mais jovem tem suas perspectivas reduzidas, diante de fatores como envolvimento no crime e a baixa qualidade de vida, além do descompasso da alimentação da maioria da população, que tende assim a aumentar os problemas de saúde, principalmente doenças cardiovasculares.

Os grupos analisados no presente trabalho trouxeram suas histórias de vida para resgatar a sua memória e traduzir sobre o significado do envelhecimento para cada um, além disso, mostrou em palavras a importância de manter uma qualidade de vida, que não se remete

apenas ao lado físico, mais também o suporte emocional onde nesse caso, o apoio da família faz toda a diferença.

Constata-se assim, a importância de trabalhos desenvolvidos com grupos de idosos, que se mostram sempre dispostos às discussões e sempre abertos para mudanças produtivas de conceitos e ideias, desde que sejam bem elaboradas e discutidas com clareza entre eles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. In: Revistas Serviço Social & Sociedade – Velhice e Envelhecimento nº 75. São Paulo: Ed. Cortez 2003

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL, 1999. Portaria do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde de nº 1395, de 9 de dezembro de 1999, que aprova a **Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, nº237-E, 13 dez 1999.

CARVALHO, José A. Magno de; ANDRADE, Flávia C. Drummond. Envejecimiento de la población brasileña: oportunidades y desafíos. In: **Encuentro latinoamericano y caribeño sobre las personas de edad**, 1999, Santiago. Anais... Santiago: CELADE, 2000. p. 82.

IBGE. Censo Demográfico 2010- **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010**: população no Brasil é de 190.755.799 pessoas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 16 abr. 2016.

JÚNIOR, J.C.B. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade** - 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009, p.22.

MERCADANTE, Elisabeth F. **Velhice: a identidade estigmatizada** In: Revistas Serviço Social & Sociedade – Velhice e Envelhecimento nº 75. São Paulo: Ed. Cortez 2003.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. p 95.

NUNES, M.P. **O envelhecimento no feminino: um desafio para um novo milênio**. Lisboa: Quarteto Editorial, 2005.

SESC. DR, SP. **Trabalho social com idosos de 1963/1999: 36 anos de realizações**. São Paulo, 1999.

**SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**. A ação finalística do SESC. Rio de Janeiro. 2000.

SESC. DR, SP. **Trabalho social com idosos de 1963/1999: 36 anos de realizações**. São Paulo, 1999.

SESC. **A ação finalística do SESC**. Rio de Janeiro. 2000.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Praxis, 1999.

PAIVA, S.O.C.; **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Mundial sobre envelhecimento: resolução 39/125**. Viena: 1982.

SILVESTRE, J.A. & COSTA NETO, M. M. da. (2003, mai.-jun.). Abordagem do idoso em programas de saúde da família. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 839-847. Rio de Janeiro (RJ).

SPOSATI, A. **Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social-SUAS**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.17

IBGE. Censo Demográfico 2010- Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população no Brasil é de 190.755.799 pessoas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 16 abr. 2014.

RESENDE, André Lara. Bobbio, **A velhice e a memória**. Folha de S. Paulo, 12 de agosto de 1997.

TAVARES, R. C. (s.d.). **A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado**. Obtido em 05 de Maio de 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/icse/v9n16/v9n16a12.pdf>

TEIXEIRA, S.M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implantações para a proteção social no Brasil**. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

VERAS, R. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Revistas Serviço Social & Sociedade – Velhice e Envelhecimento nº 75**. São Paulo: Ed. Cortez 2003.

YZABEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da Questão Social.** *Cadernos Abong Políticas de Assistência Social*, São Paulo: Abong, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

\_\_\_\_\_. **Em Dia Internacional, ONU pede inclusão e políticas públicas para os idosos.** Disponível em <https://nacoesunidas.org/em-dia-internacional-onu-pede-inclusao-e-politicas-publicas-para-os-idosos/>. Acessado em 20 fevereiro 2016.

# **ANEXOS**



## **A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS DA TERCEIRA DO SESC- AÇUDE VELHO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

**(OBS: menor de 18 anos ou mesmo outra categoria inclusa no grupo de vulneráveis )**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, LIÉLIA BARBOSA DE OLIVEIRA, em pleno exercício dos meus direitos autorizo a participação de KESSIA ANDREZA PEREIRA RODRIGUES de 28 anos, na a Pesquisa A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO SESC-AÇUDE VELHO.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho A DESMISTIFICAÇÃO DE UMA VIDA SEDENTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS GRUPOS DA TERCEIRA DO SESC- AÇUDE VELHO terá como objetivo geral analisar e discutir a qualidade de vida dos idosos do SESC- Açude Velho, assim como seus direitos e deveres que são garantidos em lei, e que muito não tem esse conhecimento.

Ao responsável legal pelo (a) menor de idade só caberá a autorização para que o método quanti-qualitativa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O Responsável legal do menor participante da pesquisa poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **98738-9968** com **KESSIA ANDREZA PEREIRA RODRIGUES**

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

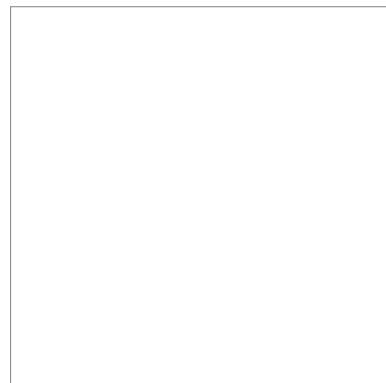
Assinatura do responsável \_\_\_\_\_

legal pelo menor

Assinatura do menor de idade \_\_\_\_\_

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja possível a coleta da assinatura do participante da pesquisa).



# APÊNDICES

**ENTREVISTA APLICADA AOS IDOSOS DO TRABALHO SOCIAL COM  
IDOSOS DA UNIDADE SESC- AÇUDE VELHO.**

**Pesquisa:** “A terceira Idade e o preconceito: A desmistificação de uma vida sedentária”

**Instituição:** Serviço Social do Comércio (SESC)

**Unidade:** Açude Velho

**Coordenadora:** Roseane Bezerra Barreto Aguiar

1. Como você avalia sua relação com sua família?

- Satisfatória
- Pouco Satisfatória
- Muito Satisfatória

2. Em algum momento você se sentiu discriminado no meio familiar, ou se sentiu limitado a realizar algo por julgarem ser incapaz?

- Sim
- Não
- Mais ou Menos

3. O que anseias para o futuro?

- Viagens
- Saúde
- Paz
- Melhor condições financeiras

Outros: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Como você julga sua qualidade de vida?

- Baixa qualidade
- Boa, mais poderia ser melhor
- Muito saudável
- Excelente

5. Para você qual a importância de ter uma vida ativa e fugir do sedentarismo, mesmo depois da aposentaria?

---

---

---

---